



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 194 - Setembro 2013

NOSSA OPINIÃO

- **Povos Indígenas Isolados: ameaças crescentes e esperança para o futuro**

POVOS INDÍGENAS EM ISOLAMENTO: OPÇÃO VOLUNTÁRIA OU ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA?

- **Desmascarando mitos- Uma visão geral dos povos isolados**
É impressionante que, na segunda década do século XXI, a maior parte das evidências disponíveis aponte a existência de cerca de 100 tribos isoladas em nosso planeta. O simples fato de existir alguma é testemunho de sua resiliência, criatividade, autossuficiência e adaptabilidade.
- **Genocídio e isolamento**
O isolamento salvou poucos povos indígenas da morte violenta ou da assimilação invisível, mas implacável. Eles, os que fugiram e se isolaram, vivem até hoje ocultos em lugares específicos da floresta.
- **Povos em isolamento: que nome damos a eles?**
Qualquer termo usado para se referir a esses grupos é necessariamente artificial, já que, precisamente pela falta de contato com a sociedade majoritária, não se sabe como eles se autodenominam.
- **Amazônia: Povos em fuga**
Cerca de 90% dos povos indígenas isolados que ainda restam vivem na região amazônica em territórios protegidos por barreiras geográficas que, cada vez menos, tem mantido o homem branco à distância das suas florestas, aquelas onde os ciclos ecossistêmicos e a biodiversidade se encontram mais preservadas.
- **Poema Ayoreo**
- **Brasil: Os povos indígenas isolados continuam ameaçados**
A Amazônia cobiçada e impactada por megaprojetos de infraestrutura inseridos no PAC e IIRSA, que visam favorecer a exploração e exportação dos recursos naturais, beneficiando as grandes empresas transnacionais, já não é mais um habitat tranquilo e seguro para os povos que nela vivem a milhares de anos.
- **Povos em isolamento no Peru**
A Amazônia peruana e zonas contíguas que atravessam limites internacionais são habitadas por uma diversidade de povos ou segmentos de povos em isolamento. A informação sobre sua existência se baseia principalmente em testemunhos de alguns integrantes desses mesmos povos que se encontram

em contato inicial e de populações indígenas e não indígenas vizinhas a seus territórios, que costumam vê-los ou encontram seus rastros durante deslocamentos para caçar ou pescar.

- **Equador: a Zona Intangível Tagaeri-Taromenane do Yasuni**

Em 1999, um decreto presidencial deu origem à chamada Zona Intangível Tagaeri Taromenane (ZITT) dentro do Parque Nacional Yasuni. A ação significava que essa zona estaria vedada para sempre a operações extrativistas, incluindo a atividade petroleira.

- **Ilhas Andaman, Índia: “safári” de jarawas**

Mais uma grande ameaça cerca alguns grupos em isolamento: o turismo de massas que, em mãos de operadoras privadas e guias locais, com frequência sobrevoa os territórios identificados para satisfazer os turistas.

- **Os Sentineleses – a tribo mais isolada do mundo?**

Vivendo em sua própria ilhazinha de apenas 72 km², os Sentineleses são, provavelmente, a tribo mais isolada do mundo. Acredita-se que sejam descendentes diretos das primeiras populações humanas a surgir da África e que vivam nas Ilhas Andaman há 55.000 anos.

- **Histórias de resistência coletadas pela Survival International**

1. *Uma visão dos Jarawas, recentemente contatados*
2. *Antes do contato: fugindo*
3. *Contato: uma história pessoal*
4. *O “último de sua tribo”*
5. *Karapiru Awá, Maranhão, Brasil*
6. *Uma visão de Wamaxué Awá, Maranhão, Brasil*

RECOMENDADOS

- **“Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y Contacto Inicial”**
- **“Un arduo camino. Cómo la Amazonía peruana y sus pueblos se ven amenazados por el incumplimiento de la ley y los intereses creados que defienden la carretera de Purús”**
- **“Allá vamos, otra vez”**
- **“Tribal People for Tomorrow’s World”**
- **“Progress Can Kill: How imposed development destroys the health of tribal peoples”**

NOSSA OPINIÃO

- Povos Indígenas Isolados: ameaças crescentes e esperança para o futuro

Alguns anos atrás, uma foto rodou o mundo. Ela registrava um indígena numa pequena aldeia, no meio da floresta, apontando sua flecha para cima, na direção de uma aeronave onde estava o fotógrafo. A foto ganhou destaque na imprensa internacional porque se tratava de um grupo de indígenas na Amazônia brasileira que vivia isoladamente na selva, sem contato com a chamada “civilização”.

Fotos e notícias desse tipo costumam gerar espanto nas pessoas. A grande mídia ajuda a reforçar preconceitos existentes, comentando que se trata de mais uma “descoberta” de indígenas “selvagens”, portanto, “perigosos”, em referência ao que apontou sua flecha em direção ao fotógrafo. Costuma afirmar também que se trata de pessoas que ainda vivem de forma “primitiva”, considerado algo minimamente estranho num mundo em que a grande maioria tem um celular ou mais de um, onde as empresas

transnacionais da comunicação disputam entre si não só as “áreas de cobertura”, mas, sobretudo, as pessoas, vistas como “consumidores em potencial”.

Ao mesmo tempo, a foto deixa uma pergunta no ar: o que significa haver hoje, no mundo do século XXI, um grupo vivendo de forma isolada, com pouco ou simplesmente nenhum contato? É algo que a grande mídia não costuma explorar ou o faz de forma muito superficial, o que tem sentido, pois explicá-lo bem implicaria em mostrar que esta “civilização”, da qual os indígenas isolados não fazem parte e à qual não querem se integrar, é historicamente responsável por um verdadeiro genocídio dos povos indígenas no mundo, desde os primórdios da era colonial. Com sua postura, as populações sem contato mostram que essa “civilização”, não quer aprender com seus próprios erros e continua em busca de mais terras e “recursos naturais”. Continua atuando de forma dominante e prepotente em relação aos povos indígenas, em especial, aos povos isolados.

A “civilização”, essa sim, muitas vezes selvagem, baseada num sistema econômico e produtivo que subjuga a natureza em vez de protegê-la e a converte em mera mercadoria, continua buscando se apropriar, com projetos “desenvolvimentistas”, de todos os espaços livres, até mesmo das florestas tropicais de mais difícil acesso, onde os povos isolados buscam se refugiar. O que motiva esses povos, aproximadamente 100 no mundo de hoje, a viver dessa forma? Segundo os estudiosos e grupos de apoio, eles expressam a vontade de querer viver em liberdade e de forma autônoma e independente, sem dominação e conforme seus costumes, crenças e valores, apesar de que muitos são pressionados a viver uma vida de fuga constante em função das ameaças. São esses grupos isolados que travam uma resistência profunda contra a nossa sociedade por uma série de experiências negativas vividas, direta ou indiretamente.

Ora, sua existência talvez expresse da melhor forma a crise em que nossa “civilização” se encontra. Uma sociedade em que a maioria está vivendo em cidades superpovoadas e onde reinam a desigualdade e a violência é um mundo em que o conceito de “liberdade” se tornou algo artificial, criado no imaginário das pessoas “consumidoras”, a serviço do capital. Por exemplo, prometendo às pessoas uma “liberdade” de acesso constante e “ilimitado” a sistemas de telefonia e internet, dominados e controlados por transnacionais.

São as empresas transnacionais também que, com apoio dos Estados, buscam perpetuar a gradativa destruição das florestas tropicais, inclusive daquelas florestas que formam a “casa” dos grupos indígenas isolados. Agora também visam se apropriar das florestas intactas em busca do novo “ouro” que são os “créditos de carbono” ou “créditos de biodiversidade”. Esses projetos são verdadeiras ameaças aos povos isolados porque significam que os Estados, em vez de proteger seus territórios, vão permitir o acesso e o controle sobre eles a quem promove esses projetos, como as empresas “verdes” e grandes ONGs preservacionistas.

Vale ressaltar que nem mesmo os direitos e princípios conquistados internacionalmente pelos povos indígenas através das suas organizações e lutas dão conta da condição específica vivida pelos indígenas isolados. Por exemplo, o princípio internacionalmente aceito do consentimento livre, prévio e informado (CLPI) se torna algo impraticável e inútil para esses grupos. Como consultar, como dar ou não dar o consentimento a projetos de “desenvolvimento” produzidos por – e que buscam manter e fortalecer – uma “civilização”, por princípio, rejeitada por eles e com a qual não querem ter nenhum tipo de contato?

Acreditamos, por fim, que os povos indígenas isolados, com sua postura radical de resistência e rejeição ao mundo “civilizado”, têm muito a nos ensinar, sem que precisemos nos isolar da mesma forma que eles. Por exemplo, esses grupos nos alertam para uma reflexão profunda sobre como enfrentar empresas transnacionais, bancos e governos que continuam nos impondo projetos de “desenvolvimento”

destrutivos, buscando seduzir comunidades com promessas de benefícios enquanto a história nos ensina que esses projetos costumam deixar para trás apenas um rastro de destruição, não só da natureza, mas também das pessoas, seus valores e suas culturas.

Mas agora é urgente fazer mais um apelo a todas e todos para que defendamos, de forma intransigente, as lutas desses grupos e povos isolados, combatendo as diversas ameaças à sua sobrevivência. Esses povos precisam ter garantidas suas condições elementares para sobreviver como povos diferenciados, com apoio do Estado e da sociedade. Só tendo seus territórios conservados é que os povos isolados podem continuar a viver em liberdade e dar esperança ao nosso mundo em crise, o que é fundamental. Eles podem nos inspirar a encontrar formas de luta para superar o mundo do “desenvolvimento” e da “civilização”.

Início

POVOS INDÍGENAS EM ISOLAMENTO: OPÇÃO VOLUNTÁRIA OU ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA?

- Desmascarando mitos- Uma visão geral dos povos isolados

Foto: Survival International

É impressionante que, na segunda década do século XXI, a maior parte das evidências disponíveis aponte a existência de cerca de 100 tribos isoladas em nosso planeta. O simples fato de existir alguma é testemunho de sua resiliência, criatividade, autossuficiência e adaptabilidade. Pouco numerosos e vivendo em regiões remotas, ricas em recursos naturais, que são cada vez mais cobiçadas por pessoas de fora, esses são os povos mais vulneráveis do nosso planeta.

A definição ampla de tribos isoladas é: aqueles que não têm contato pacífico com qualquer pessoa na sociedade principal ou dominante. Sua situação é muito variável. Alguns estão em fuga, forçados ao nomadismo para sobreviver à invasão de suas terras por uma sociedade intrusa. Eles dependem exclusivamente da caça de animais e da coleta de alimentos silvestres, embora possam ter tido hortas no passado.

Alguns podem ter tido contato com a sociedade colonizadora ou de fronteira no passado, mesmo séculos atrás, e, em seguida, fugido da violência, da doença e, por vezes, da escravidão trazidas por ela. Outros podem ter sido parte de grupos tribais maiores, como os ianomâmi e ayoreos na América do Sul, e depois se separaram para preservar seu isolamento.

Seja qual for a história de cada um, a maioria foi forçada a fazer grandes mudanças em sua subsistência e seu modo de vida para sobreviver. Neste sentido, a expressão “isolamento voluntário”, muito usada no Peru, pode ser enganosa porque sugere que eles tenham o “luxo” de escolher. Com a expansão dos projetos de megadesenvolvimento e construção (extração de petróleo e gás, mineração, barragens hidrelétricas, grandes estradas), madeireiras e agroindústrias (gado, soja e etanol), muitos povos isolados enfrentam uma escolha difícil: evitar o contato a qualquer custo ou arriscar morrer de doenças e violência nas mãos de pistoleiros, colonos ou trabalhadores da construção civil.

Tudo o que sabemos sobre esses povos deixa claro que eles procuram manter seu isolamento. Às vezes, reagem de modo agressivo como uma forma de defender seu território ou deixam sinais na floresta alertando os forasteiros para que se afastem. Alguns aproveitam oportunidades para adquirir

ferramentas e bens através de contato esporádico com tribos vizinhas. Todos certamente estão observando e monitorando o que acontece na terra deles e ao redor, já que há relatos históricos de encontros violentos com forasteiros gravados em sua memória coletiva.

Alguns missionários fundamentalistas também os orientam. A New Tribes Mission (NTM), por exemplo, contactou secretamente o povo Zo'é no Brasil, em 1987. Pouco depois, muitos morreram de doenças. De acordo com Jiruhisú, um homem zo'é, “antes, quando não havia nenhum homem branco, os zo'és não tinham doenças”.

No Paraguai, a NTM organizou “caçadas” brutais, usando ayoreos contactados para caçar literalmente seus parentes isolados, que foram trazidos à força para fora da floresta. Vários morreram nesses encontros, e outros sucumbiram a doenças mais tarde. Muitos ayoreos já perderam suas terras e têm poucas opções a não ser trabalhar como operários explorados nas fazendas de gado que tomaram grande parte do seu território, e os missionários que mantêm uma base nas proximidades vêm suprimindo muitos de seus rituais.

As doenças são uma grande ameaça a povos isolados que, por terem estado nessa condição por tanto tempo, não acumularam imunidade a doenças como gripe e sarampo. Dentro de um ano do primeiro contato, é comum que até 50% de uma tribo morra doente. No início da década de 1980, a exploração da Shell levou ao contato com o povo isolado Nahua, no Peru. Em dois anos, mais de 50% da tribo tinham morrido. Uma mulher nahua lembrou desse momento: “Toda a minha gente morreu. Os olhos deles começaram a doer, eles começaram a tossir, ficaram doentes e morreram ali mesmo, na floresta”.

Quando a ditadura militar brasileira usou suas máquinas para construir uma estrada cortando uma parte do território ianomâmi, na década de 1970, duas comunidades isoladas foram eliminadas pela gripe e por epidemias de sarampo transmitidas por trabalhadores da construção civil.

Tribos isoladas costumam ser vistas com um racismo entranhado, que as considera “atrasadas”, “primitivas” e “selvagens”. Com demasiada frequência, esse preconceito tem sido usado pelos governos que as contactam e integram à sociedade nacional para justificar o roubo de suas terras e de seus recursos.

Apesar da grande quantidade de evidências – incluindo imagens de vídeo, material de áudio, fotografias, artefatos, testemunhos e entrevistas – que foi coletada ao longo dos anos, algumas pessoas chegam a negar a existência deles.

Em 2007, o presidente do Peru declarou que o povo isolado Mashco-Piro foi “criado por ambientalistas” contrários à exploração de petróleo. Membros do povo Yine recentemente filmaram alguns mashco-piros que tinham vindo recolher ovos de tartaruga em uma margem de rio. Mais de 70% da Amazônia peruana foram divididos em concessões petrolíferas, muitas das quais estão em terras de povos isolados.

Quando a agência de assuntos indígenas do Brasil, a FUNAI, lançou um vídeo dos nômades kawahivas, em agosto de 2013, vereadores da cidade local prontamente a acusaram de “plantar” a tribo lá para impedir que a população local explorasse a floresta.

Alguns consideram os povos indígenas isolados como objetos de curiosidade a ser explorados, romantizando-os erroneamente como “reliquias” do nosso passado distante. Apesar de uma longa campanha da Survival International e de organizações locais, alguns operadores turísticos sem escrúpulos ainda organizam “safáris humanos” para que os turistas possam apreciar os recém-contatados jarawas nas Ilhas Andaman, na Índia.

O último grande refúgio da maioria dos povos isolados é a Floresta Amazônica. Aqui, mais de 70 grupos vivem no Brasil e 15 no Peru, além de alguns no Equador, na Bolívia e na Colômbia. Os únicos povos isolados da América do Sul que vivem fora da Bacia Amazônica são os ayoreos, que caçam nas florestas secas do Chaco paraguaio.

Brasil e Peru têm departamentos dedicados a monitorar e proteger tribos isoladas, e uma política de não entrar em contato com eles. A unidade do Brasil foi criada em 1987, quando a FUNAI decidiu terminar suas desastrosas missões de contato forçado. Agora, a agência usa tecnologia de satélite para fazer um melhor monitoramento do paradeiro e do bem-estar dos grupos indígenas isolados, e trabalha com tribos vizinhas e organizações indígenas, que são geralmente as primeiras a relatar contatos esporádicos ou avistamentos. Isto permitiu o mapeamento de vários territórios significativos para uso exclusivo dos povos indígenas isolados, minimizando o risco de contato potencialmente perigoso em terra.

No entanto, a FUNAI não tem sido capaz de proteger muitos territórios da invasão. Enquanto os povos indígenas isolados mostrados nas icônicas fotos do estado brasileiro do Acre parecem fortes e saudáveis, com hortas florestais cheia de produtos agrícolas, outros, como os awás, no Maranhão, foram reduzidos a famílias pequenas e fragmentadas que somam algumas dúzias, os quais sobreviveram a grileiros brutais que atacaram e mataram esse povo. Hoje, estão fugindo de armas e motosserras, e enfrentam a possibilidade de genocídio, a menos que o governo aja imediatamente para expulsar os madeireiros.

Um homem solitário no estado brasileiro de Rondônia, conhecido como “o último de sua tribo”, resiste a todas as tentativas de contato e sobrevive em um pequeno pedaço de floresta tropical no meio de enormes fazendas de gado e plantações de soja.

A tribo mais isolada do mundo é provavelmente a dos sentineleses, que vivem na ilha de Sentinela do Norte, no Oceano Índico. Nos últimos anos, mais de 40 tribos isoladas foram identificadas em Papua Ocidental, a metade oeste da ilha da Nova Guiné. Embora muitas dessas tribos tenham tido algum contato desde então, há outras que optam por permanecer isoladas. No entanto, é quase impossível obter informações precisas sobre elas, porque a Indonésia proibiu organizações de direitos humanos e jornalistas de entrar em Papua Ocidental, de modo que as possibilidades de pesquisa são muito limitadas.

Nada há de inevitável em relação ao desaparecimento das tribos isoladas que ainda existem no mundo, mas o seu futuro está em nossas mãos e é um dos maiores desafios humanitários deste século. Embora esteja consagrado no direito internacional, seu direito fundamental à autodeterminação só pode se tornar realidade se os governos e as multinacionais forem pressionados pela opinião pública a defendê-lo.

Se não respeitarmos suas escolhas evidentes e não pararmos a destruição de suas terras, perderemos sociedades únicas, contemporâneas e vibrantes, que fazem parte da rica diversidade do nosso planeta e que cumprem um papel crucial na proteção de parte da maior biodiversidade do mundo. Todos nós podemos nos beneficiar de seus conhecimentos e seu manejo da natureza, mas, se não agirmos agora, podemos perder povos inteiros e uma parte da nossa própria humanidade.

Fiona Watson, Survival, fw@survivalinternational.org . Para mais informações sobre tribos isoladas: <http://www.uncontactedtribes.org/>

Início

Foto de Pablo Cingolani. Menina do povo indígena yuqui, da Amazônia boliviana, um povo que vivia em isolamento e foi contactado pelas missões religiosas entre 1967 e 1991. Hoje em dia, vive em extrema vulnerabilidade, produto precisamente desses contatos forçados.

Um século atrás, José Santos Machicado anotava, em um conto intitulado *Tres días en el bosque*: “Não é admissível que os toromonas se abstivessem de lançar os alaridos e gritos que têm por costume ao tomar uma presa e surpreender o inimigo, e que esse gritos não chegassem a distância tão curta do povo”(1). A densidade das imagens que este parágrafo transmite pinta toda a mentalidade de uma época: quando o positivismo imperava nas cabeças, os fuzis “winchesters” estavam sempre ao alcance da mão e a selva amazônica era sacudida por uma ambição sem freios por obter riquezas: eram os anos do auge capitalista na extração de borracha (1880-1914).

Atualmente, existe toda uma visão romântica e idealista sobre esse período tão dramático e, ao mesmo tempo, pouco investigado da história contemporânea, que marcou as regiões de floresta de vários países sul-americanos.

Embora se possa comprovar a influência da extração de látex na integração territorial dos embrionários estados-nação encostados na Cordilheira dos Andes – que, como contrapartida, também precipitou a consolidação do colosso brasileiro – isso não pode nem deve ofuscar o enorme e terrível custo social dessa atividade econômica.

Em defesa da dignidade dos sobreviventes e de seus herdeiros atuais, e em homenagem à memória dos que foram massacrados por ações violentas ou pela própria extenuação nos trabalhos a que foram submetidos e condenados, é necessário afirmar que o que aconteceu na Amazônia continental no final do século XIX e princípio do XX foi claramente um genocídio.

Os nomes desses “pioneiros” e “industriais” que são lembrados em províncias, povoados, notas de dinheiro e monumentos não são mais do que o testemunho de uma grave omissão histórica: a do reconhecimento pleno das culturas amazônicas que habitavam originalmente esses territórios e da revisão dessa leitura sobre o passado, que nada mais é do que a perpetuação das ofensas sofridas. Na Amazônia continental – cuja economia segue sendo, em grande medida, feudal ou de intercâmbio colonial – persiste um vergonhoso colonialismo interno de parte de grupos oligárquicos e/ou empresariais.

Pando – ex-presidente da Bolívia – descreveu toda uma crença em seu *Viaje a la región de la goma elástica* (1894): “Não é um empreendimento fácil o de atacá-los em suas casas e os perseguir na floresta, e apenas com ajuda de cachorros e a perícia de homens habituados à montanha (...) é que se pode surpreendê-los e dominá-los (...)”. O uso de cães nos remete à conquista espanhola do Caribe e dos Andes e ao terror que causavam entre os nativos e às humilhações que lhes foram impostas. Pura e simples caça de índios.

O livro também inclui menções às “façanhas” protagonizadas por alguns personagens: “O senhor Mouton, cuja intrepidez foi posta à prova outras vezes (...) conseguiu alcançar e surpreender os selvagens (guarayos), exterminando quase que totalmente sua tribo, já que apenas duas crianças conseguiram fugir”.

Muitos estrangeiros – em meio a esse clima em que dominava a lei do mais forte – se destacaram por seu sadismo. Em 1914, o naturalista sueco Erland Nordenskiöld coletou histórias terríveis. Um francês havia tomado crianças como prisioneiras em uma aldeia indígena, e acampado com seu pessoal em uma margem do curso alto do rio Madidi. “As crianças gritavam e não havia maneira de fazer com que se calassem. Com medo de que atraíssem os índios, pegou cada uma pelas pernas e lhes rebentou a cabeça contra o chão”. E acrescenta: “Perto dos galpões de extração de borracha do rio Beni, há vários *chamas* que foram vendidos pelos caçadores de escravos”. *Chama* e *guarayos* são duas denominações

para a mesma etnia: os Ese Ejja.

A ideologia que levou a cabo o genocídio já soa degradante ao se ler: “O selvagem é uma fera que, quando fica brava, ataca sem distinção, e à fera é preciso caçar (...) isso acontece no rio Madera com as tribos de parintintins e caripunás, há ataques todos os anos, obrigando os industriais a persegui-los e abatê-los heroicamente”. Isso está escrito na *Gaceta del Norte*, jornal fundado por Vaca Díez, e está datado do ano de 1888, em seu barracão Orton, em pleno auge dessa orgia inclemente e opressiva que tanto faz lembrar o Congo de *O coração das trevas*, de Joseph Conrad, um livro clássico que retrata o horror vivido pelos povos da África negra frente ao mesmo pesadelo: a irrupção do capitalismo nas selvas.

Diante dessa situação desesperadora, as tribos da Amazônia buscaram refúgio no interior das florestas, afastando-se dos grandes rios por onde penetravam os invasores, escapando de uma morte certa e buscando garantir sua liberdade, sua independência e seu modo de vida tradicional.

O próprio Nordenskiöld já mencionou o dilema ético do contacto com a “civilização” nesses anos de desprezo absoluto pelo outro. Aconteceu que um índio chama chegou em busca de seu filho que estava trabalhando em Cavinás, perto da foz do já mencionado rio Madidi. Pensando no menino, e se melhor seria retornar com ele, anotou: “Nas barracas da borracha, ele vai ser mais um peão, terá que trabalhar toda a sua vida para outros, recebendo um pagamento minúsculo, e comida e roupa. Aprenderá a se embriagar. Na selva, às vezes há fome e às vezes, abundância. Nunca se sentirá a salvo dos brancos e talvez, nem mesmo de outros índios. Talvez tenha que viver como um animal acossado, mas será dono de si mesmo”. Diante das duas opções, Nordenskiöld responde sem vacilar: “Se eu fosse o *chama*, levaria o menino”.

A profecia do sueco se cumpriu com folga: a aculturação sofrida pelas etnias amazônicas ao longo de todo o século XX é, talvez, a forma mais triste de desaparecimento: no silêncio e na solidão de uma cultura dominante que os nega.

O isolamento salvou poucos povos indígenas da morte violenta ou da assimilação invisível, mas implacável. Eles, os que fugiram e se isolaram, vivem até hoje ocultos em lugares específicos da floresta. O mundo – ou melhor, o mundo representado pela ONU e alguns poucos governos, como o próprio governo boliviano — aprovou leis, resoluções e medidas para protegê-los, para que os últimos povos indígenas em estado de isolamento não desaparecessem. É necessário, urgente e prioritário que essas leis se cumpram e se façam cumprir, já que são apenas alguns os que tomaram conhecimento, e poucos os que compreendem. E são ainda muito menos os que sentem a profundidade desse drama humano.

Pablo Cingolani, Rio Abajo, Bolívia, julho de 2013, pablocingolani@yahoo.com.ar

Notas:

(1) De *Cuentos Bolivianos*, B. Herder, Friburgo de Brisgovia, Alemanha, 1908. No pequeno e delicado volume se esclarece que o Sr. Herder é “livreiro-editor pontifício”. Essa joia bibliográfica que resgata a pena precisa desse antiliberal raivoso que foi José Santos Machicado foi cedida a mim por Fernando Arispe.

(2) As citações de *Pando* e da *Gaceta del Norte* são de: María del Pilar Gamarra Téllez: *Orígenes históricos de la goma elástica en Bolivia. La colonización de la Amazonía y el primer auge gomero*, 1870- 1910. Em: *Historia*, UMSA, La Paz, 1990, No. 20

Início

- Povos em isolamento: que nome damos a eles?

Foto: uncontactedtribes.org

Em *Los Pueblos Indígenas en Aislamiento: Su lucha por la sobrevivencia y la libertad* (2002), Beatriz Huertas Castillo explica que qualquer termo usado para se referir a esses grupos é necessariamente artificial, já que, precisamente pela falta de contato com a sociedade majoritária, não se sabe como eles se autodenominam. Entre os termos empregados para se referir a eles, encontram-se “não contatados”, “isolados”, “em isolamento voluntário”, “povos livres”, “de contacto inicial”, “ocultos”, “invisíveis”, “maskos”, “calatos”, “índios bravos”, “selvagens”, entre outros, mas todos se referem ao mesmo conceito. No contexto internacional, a expressão mais usada é “povos indígenas em isolamento”. O qualificativo “voluntário” também pode ser controverso, já que, embora se possa dizer que os povos indígenas em isolamento escolhem, por vontade própria, manter-se isolados, também é verdade que eles foram forçados a essa escolha por uma longa história de contatos trágicos com a população envolvente.

Fonte: http://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0603_aislados_contacto_inicial.pdf

Início

- Amazônia: Povos em fuga

Foto: Localização aproximada dos povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial. Fonte: *Pueblos Indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial*, IWGIA IPES 2012

Cerca de 90% dos povos indígenas isolados que ainda restam vivem na região amazônica em territórios protegidos por barreiras geográficas que, cada vez menos, tem mantido o homem branco à distância das suas florestas, aquelas onde os ciclos ecossistêmicos e a biodiversidade se encontram mais preservadas. Esses povos mantêm-se em isolamento como defesa de um contato que a experiência lhes mostrou destruidor, seja por conflitos diretos mantidos com o branco, seja por um conhecimento indireto adquirido no convívio com outros povos contatados.

A decisão de isolamento é manifestada por atos de resistência com armas, com armadilhas, símbolos e sinais de advertência e de ameaça dirigidos a invasores, mas principalmente, pela fuga sistemática em direção a territórios cada vez mais distantes das frentes de expansão da “civilização ocidental”, onde tentam manter suas formas tradicionais de reprodução social e material. Territórios cada vez mais escassos e submetidos à avidez e à velocidade com que nesse início de milênio cada centímetro de terra é mapeado, “georreferenciado” e demarcado para a completa conversão da “natureza” em “recursos naturais”. Um “empreendimento global” projetado pelo grande capital, onde não deveriam existir povos nem territórios isolados, apenas insumos incorporados aos processos produtivos, ou rejeitos a serem reciclados “por” e “para” esses mesmos processos. Lugares onde eles resistem, e teimam em existir.

Hoje, no Brasil, segundo dados da FUNAI existem 70 referências de grupos indígenas isolados e 15 referências de grupos indígenas considerados de recente contato.

Aos povos indígenas isolados e de recente contato a Constituição brasileira reconhece sua condição especial de vulnerabilidade quando assegura a todos os povos indígenas o direito a “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.” É certo que o contato indiscriminado com esses grupos têm, historicamente, resultado em redução populacional significativa. É nesse contexto de reconhecimento da vulnerabilidade e

do direito à autodeterminação que essas conquistas garantiram aos 'índios isolados' o direito de assim permanecerem, cabendo ao Estado proteger e fazer respeitar as condições necessárias para sua autodeterminação. Então, quais seriam estas condições necessárias de que os índios isolados e de recente contato precisam, para assim continuarem como expressão de sua autodeterminação?

Na condição de isolados e de recente contato, esses grupos indígenas vivem em estreita relação com o seu ecossistema e dependem de seus recursos naturais (fauna, flora e recursos hídricos), além das relações míticas que mantêm com seus territórios.

Esses condicionantes são fundamentais para assegurar sua reprodução sociocultural. Só priorizando essas condições, o Estado de fato poderá assegurar aos índios isolados e de recente contato a possibilidade de desenvolver, ao seu modo, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a proteção à maternidade e à infância, respeitando "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições".

Portanto garantir um território ecologicamente equilibrado é condição para que esses grupos tenham o essencial para o autosustento e a autodeterminação. Dada a essencialidade territorial para os grupos isolados e de recente contato, agrega-se a necessidade desses territórios e seu entorno encontrarem-se protegidos de invasores bem como de fatores externos que provoquem desequilíbrios ao meio ambiente e transmissão de doenças exógenas ao seu sistema imunológico. Para o caso dos grupos indígenas de recente contato constata-se que além da "essencialidade territorial", estes grupos agregam a necessidade da "inter-relação cultural" como possibilidade de afirmação das suas identidades, na busca da unidade a partir da diversidade.

As duas faces do Estado: agente de proteção e fator de ameaça

Se os indígenas "contatados", que se expressam e exercem seus direitos civis por meio de suas organizações e que apresentam menor grau de vulnerabilidade frente à sociedade ocidental (e envolvente) são vitimados por um largo processo de descaso com seus direitos por parte das instituições (estatais e privadas), no Brasil, os grupos indígenas isolados e de recente contato passam a ter também no Estado – aquele que teria a atribuição de protegê-los – um dos principais fatores de ameaça, quando molda seus agentes e instituições para uma "aceleração do crescimento", onde obras de infraestrutura e a exploração dos recursos naturais são prioridades absolutas.

No contexto do marco regional Sul Americano, a "Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul" - IIRSA, Plano de Ação Estratégico 2012-2022 – PAE do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), da União das Nações Sul-Americanas (conhecido como IIRSA-2), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no nível brasileiro, têm em comum a proposta de desenvolver e integrar a infraestrutura de transporte, energia e comunicação – ou seja, a "infraestrutura econômica". Projetam estabelecer corredores (aéreos, viários, ferroviários e hidroviários) para incrementar o comércio e estabelecer cadeias produtivas relacionadas diretamente com a exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis, conectadas com os mercados mundiais, principalmente a América do Norte, a Europa e agora, principalmente, a Ásia. Para a realização destes megaprojetos, na concepção de seus idealizadores, é necessário remover as "barreiras" (entenda-se como "barreiras" a Amazônia e a Cordilheira dos Andes e suas populações originárias), o que supõe realizar reformas legislativas importantes para harmonizar as leis nacionais dos 12 países envolvidos na IIRSA-2, e "integrar" as regiões estratégicas com "baixa densidade populacional", mas com grandes reservas de matérias-primas e biodiversidade da região.

É importante compreender a persistência de um mesmo padrão de colonialidade nos diferentes contextos

biofísicos e socioculturais latino-americanas. É a persistência dessa colonialidade que ajuda a compreender tanto os avanços quanto os retrocessos vividos pelos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil dos últimos anos. É essa nova saga desenvolvimentista que coloca os governos sulamericanos a serviço dos mesmos senhores de sempre, ainda que em alguns casos – diferente de outros períodos de modernização acelerada – sejam agora conduzidos por sujeitos historicamente oprimidos pelas políticas coloniais, mas com o risco de estar apenas reconfigurando o modelo de exploração, e dando uma nova face, tanto mais dissimulada quanto mais intensiva, à escravidão.

Extraído de: “Povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil. Políticas, direitos e problemáticas”, por Antenor Vaz, abril de 2013, enviado pelo autor, disponível em http://wrm.org.uy/es/files/2013/09/Povos_Indigenas_Isolados_e_de_Recente_Contato_no_Brasil.pdf; e “Povos indígenas isolados, autonomia, pluralismo jurídico e direitos da natureza, relações e reciprocidades”, Antenor Vaz, Comitê Consultivo Internacional para la Protección de los Pueblos Indígenas en Situación de Aislamiento y Contacto Inicial, e Paulo Augusto André Balthazar, Pesquisador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, <http://onteaiken.com.ar/ver/boletin15/3-1.pdf>

Início

- Poema Ayoreo

Foto: volunteerlatinamericablog.com

O espírito veio em forma de corvo, me levou para cima e me disse:
“Olha para Eami* esta noite. Podes ver muitos fogos acesos.
São as fogueiras do teu povo ayoreo que iluminam tudo”.

Seguimos voando e as luzes se apagavam, uma a uma.

“Este é o futuro do teu povo
O monte se escurece porque os ayoreos já não vivem nele.
Tudo se transforma em escuridão”.

Isto cantou meu avô quando era criança.
e eu, Oji, me lembro do seu cantar
e a minha gente agora sabe que meu avô cantou a verdade.

* *Território ayoreo*

<http://www.iniciativa-amotocodie.org/>

Início

- Brasil: Os povos indígenas isolados continuam ameaçados

Foto: Gleyson Miranda, 2010 – Archivo FUNAI - Pueblos Indigenas en aislamiento voluntario y contacto inicial, IWGIA – IPES – 2012

A Amazônia cobiçada e impactada por megaprojetos de infraestrutura inseridos no PAC (Programa de

Aceleração do Crescimento do governo Brasileiro) e IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana), que visam favorecer a exploração e exportação dos recursos naturais, beneficiando as grandes empresas transnacionais, já não é mais um habitat tranquilo e seguro para os povos que nela vivem a milhares de anos. Os conflitos se espalharam tendo por um lado, os povos indígenas e as comunidades tradicionais que resistem de todas as formas à ocupação de seus territórios e por outro, grandes empresas de construção, de energia, bancos, madeireiras, mineradoras, petroleiras, latifundiários e o governo com seus projetos desenvolvimentistas e autoritários. Em meio ao modelo agroextrativista e exportador de matérias primas, violento e depredador na sua essência, encontram-se os povos indígenas isolados, que na busca de manter a sua liberdade, procuram refugiar-se em áreas inacessíveis, hoje já praticamente inexistentes. A ameaça de extinção desses grupos é uma possibilidade cada vez mais real. Apontamos aqui algumas das situações mais dramáticas.

1. Ameaças aos Isolados Awá Guajá no Maranhão.

As ameaças a sobrevivência do povo Awá Guajá começaram na década de 1950 com a construção da BR 222 e se agravaram com o Projeto Grande Carajás (financiado com recursos do Banco Mundial e da União Europeia) inaugurado em 1982. Uma ferrovia para escoar o minério da Serra do Carajás até o porto de São Luis/MA, acompanhada por uma estrada, foi construída atravessando o território deste povo.

No rastro do Projeto grande Carajás, contando com a omissão do estado, milhares de pessoas ocuparam as terras Awá, desde madeireiros e fazendeiros até pequenos agricultores. Nesse processo de invasão os Awá foram dizimados. “Aqueles que não morreram pelas armas, muitas vezes, sucumbiram às doenças introduzidas, para as quais os Awá não tinham imunidade”(1) .

Com a demarcação das terras indígenas Awá, Caru, Araribóia e Alto Turiaçu que além do povo Awá Guajá abrigam os povos Guajajara, Ka'apor e Tembé a expectativa era de que as áreas de perambulação dos grupos isolados sobreviventes do povo Awá Guajá fossem minimamente resguardadas. Não foi o que aconteceu. Os invasores permaneceram onde estavam, novas estradas ilegais foram construídas, a ferrovia Carajás está sendo duplicada e o desmatamento prosseguiu, já atingindo 31% da Terra Indígena Awá, de acordo com dados de 2010.

A situação descrita na Petição para a Comissão Interamericana revela que “em agosto de 2012 madeireiros começaram a convergir em direção à aldeia de Juriti vindo de três direções diferentes. Em setembro, uma equipe da FUNAI e outros funcionários foram forçados a se retirar do Território por madeireiros armados”(2) . A ação madeireira continua avançando impunemente no interior dos territórios indígenas e os caminhões com a madeira saem da área livremente. Os Awá isolados, portanto, estão completamente a mercê dos madeireiros, expostos a todo tipo de violência, inclusive de genocídio. A omissão do Estado está condenando os Awá Guajá a extinção.

2. Ameaças aos Isolados do Alto Rio Envira/AC

São indígenas que vivem na fronteira entre Brasil e Peru. No lado brasileiro compartilham a terra com o povo Ashaninka. Sofrem a pressão de madeireiras peruanas e do narcotráfico e projetos petrolíferos se sobrepõem as suas terras. Sua presença é frequentemente notada próxima às aldeias Ashaninka e Kulina. A Funai mantinha na região uma Frente de Proteção Etnoambiental do Alto Rio Envira, que foi abandonada no primeiro semestre de 2012. A equipe do Cimi Amazônia Ocidental, em viagem de levantamento para a região, descreveu assim o que viu: “As primeiras impressões são de desolação ao ver a base abandonada há apenas um ano, com o mato cobrindo parte das casas e trapiches... A casa principal estava completamente aberta e com tudo revirado, sinal da presença de gente, mas, não dá para afirmar se foram os isolados.

Há muitos equipamentos de comunicação abandonados na área: já logo na entrada da casa principal estão duas baterias aparentemente novas, possivelmente usadas na radiofonia. Vimos equipamentos que parecem ser rádios de comunicação, um estabilizador e muita fiação cortada. Fora da casa está a antena parabólica, apesar do abandono da área, esta parece estar intacta.

Nas outras casas da base, principalmente no que parece ter sido um almoxarifado, percebemos o desperdício de materiais caros como um motor de voadeira, um motor rabeta e um gerador abandonado, tudo absolutamente abandonado. Entre outros materiais revirados e espalhados pelo chão, chamou a atenção centenas de cartuchos calibre 20 da marca CBC. O motivo para se ter acumulado tantos cartuchos num só lugar ainda não nos parece nem óbvio e nem esclarecido plenamente.

Preocupa-nos o atual estado de abandono da base e a falta da proteção aos isolados, pois não se sabe o prejuízo cultural e físico aos isolados caso eles venham a romper as baterias, ou levar outros produtos tóxicos para suas casas, por exemplo.

Relatos nos dizem que a equipe derradeira que ali trabalhou saiu às pressas, praticamente expulsa por peruanos...”(3) .

Além das graves consequências que podem advir do abandono de materiais inclusive explosivos e tóxicos em terra habitada por povos isolados, a exemplo do que acontece no Maranhão, o Estado cede à ameaça dos invasores, abdicando da sua obrigação na proteção desses povos.

Outra forma de violência contra estas populações isoladas é a falta de assistência de saúde adequada e regular nas aldeias Ashaninka e Kulina por parte da Sesai, o que pode dizimar silenciosamente malocas inteiras, uma vez que os isolados frequentemente aparecem nas moradias indígenas e se apropriam de objetos, entre os quais roupas e redes que podem estar contaminadas por vírus de gripe ou outras doenças.

3. Ameaça aos isolados do Vale do Javari

As empresas petrolíferas ameaçam os povos indígenas isolados no lado peruano e no lado brasileiro, cercando a terra indígena Vale do Javari.

No lado peruano a empresa canadense Pacific Rubiales Energy está realizando levantamento sísmico na área do Lote 135, em uma região com presença de indígenas isolados. O Lote se sobrepõe a reserva territorial Tapiche, Blanco, Yaquerana. A empresa pretende abrir no total 789 km de linhas sísmicas e 134 clareiras para pouso de helicópteros. No lado brasileiro, a agência Nacional do Petróleo (ANP), em 2007, contratou a aquisição de dados aerogeofísicos e geoquímicos da Bacia do Rio Acre. Em 2009 contratou atividades de prospecção sísmica de 1.017 km espalhadas por 12 linhas, no Alto Rio Juruá, a apenas 10 km da parte sul da Terra Indígena do Vale do Javari, sendo que uma delas atravessa, inclusive um varadouro usado pelos indígenas Marubo.

Considerando que no Vale do Javari existem pelo menos 15 grupos indígenas isolados, que perambulam por uma vasta extensão territorial, a prospecção petrolífera que atormentou esses povos na década de 70, quando foram verificados conflitos com mortos, volta a ameaçar. O fato é ainda mais assustador, pois nem os indígenas e nem sequer a Funai foram comunicados, muito menos consultados sobre a prospecção.

Outra ameaça aos povos isolados do Vale do Javari são as doenças que infectam a população indígena contatada sem receber uma atenção adequada das autoridades, motivo inclusive da Campanha “Povos Indígenas do Javari unidos pela saúde, pela vida” encerrada no final de 2012. É cada vez mais frequente a presença de indígenas isolados nos roçados e nas imediações das aldeias dos demais povos indígenas

que habitam o Javari, o que gera grande preocupação com a possibilidade de contágio de doenças infectocontagiosas que são fatais para estes grupos.

4. Ameaças aos povos isolados na área de impacto do Complexo Hidrelétrico do Madeira e Reserva do Bom Futuro – RO

De acordo com as informações existentes, são 05 os povos indígenas isolados na área do Complexo do Madeira. Eles estão seriamente ameaçados pela invasão de madeireiros na Reserva do Bom Futuro e pelo próprio Complexo do Madeira, com a construção das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, localizados no município de Porto Velho, Candeias do Jamari e Distrito de Jacy-Paraná, estado de Rondônia.

Encurralados estes povos, perambulam próximo a aldeia Kyowã, do povo Karitiana, a 90 quilômetros de Porto Velho. Segundo relato do povo Karitiana, algumas pessoas que estavam coletando castanhas, na proximidade da aldeia, a menos de 5 quilômetros, se encontraram com este grupo, composto por alguns homens e mulheres, todos com seus arcos e flechas. Em ocasiões diferentes, este grupo foi visto pelos Karitiana, bem como, vestígios dos lugares onde montaram acampamento. Isto ocasiona grande insegurança para o povo Karitiana, que já não pode transitar livremente no seu território. Em certas ocasiões em que perceberam a presença de indígenas isolados tentaram conversar, para ver se a língua era a mesma.

A situação de aparecimento dos indígenas isolados, perto da aldeia, fez com que os Karitiana notificassem a frente etno ambiental. Segundo algumas lideranças, nenhuma providência foi tomada.

Em outubro/novembro do ano 2012, funcionários que trabalham na construção da hidrelétrica do Jirau, ao fazer o transporte do combustível, para a área onde está sendo construída a obra, no Distrito de Jacy-Paraná, teriam avistados dois indígenas nus, com seus arcos e flechas.

Outra situação é de um grupo de isolados, que foram visto por um jovem que trabalhava com gado, bem próximo a cidade de Porto Velho, nos fundos do Bairro Ulisses Guimarães e Jardim Santana.

As ameaças a vida destes povos por estes grandes empreendimentos são evidentes, podendo gerar sérios conflitos entre os mesmos, sem falar que estes povos estão expostos ao genocídio.

5. Povos isolados ameaçados pela hidrelétrica Belo Monte

Existem na bacia do Rio Xingu, segundo dados do Cimi, 06 referências sobre grupos indígenas isolados, e por isso na área de influência da barragem de Belo Monte.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, CIDH, em 29 de julho de 2011, outorgou medidas cautelares ao Estado brasileiro, entre as quais “medidas para proteger a vida, a saúde e a integridade pessoal dos membros das comunidades indígenas em situação de isolamento voluntário da bacia do Xingu, e a integridade cultural de mencionadas comunidades, que incluam ações efetivas de implementação e execução das medidas jurídico-formais já existentes, assim como o desenho e a implementação de medidas específicas de mitigação dos efeitos que terá a construção da represa Belo Monte sobre o território e a vida destas comunidades em isolamento” (4) .

Após três anos é possível constatar que praticamente inexistem ações desenvolvidas pelo governo para cumprir a solicitação da CIDH. O informe “MC-382-10/ P-817-11 Comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu, Pará, Brasil” de 19/04/2013 ressalta que “não há conhecimento, nem clareza sobre a existência de ações efetivas de implementação e execução de medidas jurídico-formais, ou mesmo de implementação

de medidas específicas de mitigação dos efeitos da construção de Belo Monte sobre o território e a vida destas comunidades em isolamento. Mesmo após a outorga de medidas cautelares pela CIDH, o Estado não implementou ações suficientes e efetivas para proteger, em particular, as comunidades em isolamento, as medidas que foram implementadas são transitórias e frágeis, não permitindo que se alcance uma proteção eficiente como requerido pela CIDH”(5) .

Além disso, existem grupos indígenas isolados na Bacia do Xingu, que não foram mencionados pela Funai e por isso, formas de proteção para os mesmos sequer são cogitadas.

6. Projetos hidrelétricos ameaçam os povos isolados da bacia do Tapajós.

Existem informações consistentes sobre a existência de pelo menos 5 grupos indígenas isolados na bacia do Rio Tapajós, região para a qual estão sendo projetadas um conjunto de hidrelétricas. São, portanto mais 05 grupos isolados ameaçados de extinção, caso as hidrelétricas forem construídas. É uma temeridade que o governo, que tem a responsabilidade da proteção da vida desses povos possa projetar obras desse porte que vão atingir seus territórios, sobre cujos efeitos sabidamente não têm controle e nem meios para aferir o seu alcance.

A opção desenvolvimentista do Estado inviabiliza o futuro dos povos isolados

Os casos acima relatados dão a noção exata do descaso em relação a proteção aos povos isolados. No caso dos Awá Guajá do Maranhão e dos isolados do Rio Envira no Acre o Estado sucumbe à exploração ilegal de madeira e ao narcotráfico, deixando os isolados absolutamente expostos à bandidagem. Associa-se a isso a precariedade da atenção à saúde dos povos indígenas que entram em contato com os isolados, situação verificada no Vale do Javari/AM e também no Rio Envira/AC, um risco a vida desses grupos, igualmente grave. O que caracteriza, nestes casos, o papel do Estado é a sua omissão. No caso das hidrelétricas do complexo do rio Madeira, de Belo Monte e da bacia do Tapajós (se forem construídas) a ameaça à vida dos povos isolados se dá pela ação do Estado. É ele que projeta, estimula e financia as obras desconsiderando a existência dos povos indígenas isolados e posteriormente se mostra incapaz de adotar as medidas necessárias a sua efetiva proteção.

É extremamente grave que o governo, mesmo ciente da violência que trouxeram os grandes projetos na Amazônia, no passado recente, para os povos indígenas isolados, como a morte de dois mil índios Waimiri Atroari por ocasião da construção da BR 174, continue, submisso aos interesses dos saqueadores da Amazônia, recriando cenários que atentam contra a vida e o futuro desses povos.

Percebe-se claramente que na opção desenvolvimentista em curso não existe espaço para os povos indígenas e muito menos para os isolados. Assim como não existe espaço para as comunidades tradicionais, para a diversidade cultural e para a natureza. Resta saber se esse é o projeto de futuro, construído a base da violência e da depredação, que a sociedade brasileira quer para si.

Notas:

(1) Petição para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, submetida por Survival Intenacional e Cimi, 03 de maio de 2013.

(2) Idem

(3) Relatório da viagem da Equipe do CIMI ao Alto Rio Envira. Visita aos povos Madija e Ashaninka do Alto Envira. Período de 10 a 25 de fevereiro de 2013.

(4) MC 382/10, CIDH, OEA.

(5) MC-382-10/ P-817-11 Comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu, Pará, Brasil, abril 2013. Informe elaborado por Jamilye Braga Salles, Bacharel em Direito, da equipe jurídica da organização AIDA e

Advocacy Assistant da organização International Rivers. Análise revisada e aprovada pelas entidades SDDH, AIDA, Movimento Xingu Vivo para Sempre e Justiça Global, signatárias da MC 382/2010.

Fonte: Elaborado pela Equipe do CIMI de apoio aos Povos Indígenas Isolados em maio de 2013 em base do Texto para o relatório de violência 2012

Início

- Povos em isolamento no Peru

Foto: Indígenas Mashco-Piros da reserva de Madre de Dios. Diego Cortijo - Sociedad Geográfica Española, 2011. Fonte: Pueblos Indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial, IWGIA – IPES – 2012

A Amazônia peruana e zonas contíguas que atravessam limites internacionais são habitadas por uma diversidade de povos ou segmentos de povos em isolamento. Seus idiomas foram classificados principalmente dentro de duas famílias linguísticas: aruaque e pano. Além disso, existem numerosos grupos na vasta área compreendida pelas nascentes dos rios Tahuamanu, Yaco, Chandless, Las Piedras, Mishagua, Inuya, Sepahua e Mapuya, no sudoeste, que até o momento não puderam ser identificados. Ainda assim, investigações recentes indicam a presença de conjuntos que possivelmente pertençam às famílias linguísticas Záparo e Waorani, em Loreto, próximo à fronteira com o Equador, e outros não identificados ao sul de Madre de Dios, na zona fronteira com a Bolívia.

A informação sobre sua existência se baseia principalmente em testemunhos de alguns integrantes desses mesmos povos que se encontram em contato inicial e de populações indígenas e não indígenas vizinhas a seus territórios, que costumam vê-los ou encontram seus rastros durante deslocamentos para caçar ou pescar. Esses vestígios podem ser moradias, restos de fogueiras, alimentos, vestimentas, utensílios, flechas, caminhos, galhos colocados como obstáculo à passagem e como sinal de advertência para que não se entre em seus territórios, pegadas, entre outros. Também são testemunhas de sua presença trabalhadores de empresas petrolíferas, madeireiros, caçadores, pescadores, missionários, funcionários do Estado e pessoal de vigilância de áreas naturais protegidas, antropólogos, militares de postos de vigilância de fronteira, aventureiros.

Existem fontes históricas e etnográficas que indicam a retirada de segmentos de vários povos indígenas amazônicos a lugares inóspitos de seus territórios ou de espaços próximos, em contextos altamente violentos, depois de oferecer forte resistência à presença e a ataques externos e acabar dizimados ou gravemente afetados.

Fonte: “Perú, despojo territorial, conflicto social y exterminio”, Beatriz Huertas Castillo, na publicação “Pueblos Indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial”, IWGIA-IPES-2012, http://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0603_aislados_contacto_inicial.pdf

Povos em isolamento, povos com direitos

No âmbito jurídico internacional, os direitos dos povos indígenas em isolamento são reconhecidos, embora só tenham recebido atenção nos últimos anos. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 13 de setembro de 2007, garante seu direito “de viver em liberdade ... como povos distintos” (Artigo 7), e obriga os Estados a estabelecer mecanismos eficazes para prevenir e ressarcir “[t]odo ato que tenha por objeto ou consequência privar-lhes de

sua integridade como povos distintos ou de seus valores culturais ou sua identidade étnica” e “[t]oda forma de assimilação ou integração forçada” (Artigo 8.2). Esses direitos, ao se aplicar aos povos indígenas em geral, por definição, também se aplicam especificamente aos povos em isolamento voluntário.

No sistema interamericano, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão autônomo e independente da Organização dos Estados Americanos, abordou o tema dos direitos dos povos indígenas em isolamento por meio de seus diferentes mecanismos. A CIDH outorgou duas medidas cautelares para a proteção dos povos indígenas em isolamento: a medida cautelar 91-06, sobre os Povos Indígenas Tagaeri e Taromenani, do Equador, e a medida cautelar 262-05, sobre os Povos Indígenas em isolamento voluntário de Mashco Piro, Yora e Amahuaca, do Peru.

Diferentemente de outros sujeitos de direitos, os povos indígenas em isolamento, por definição, não podem defender seus próprios direitos perante instâncias nacionais ou internacionais. Por isso, a proteção de sua vida e sua cultura ganha especial relevância para o sistema interamericano de direitos humanos.

Os desafios e as ameaças são os mesmos: a invasão gradual, mas persistente, de seus territórios, a exploração legal e ilegal dos recursos naturais que aí se encontram (desde a época da borracha, até as madeiras preciosas e os hidrocarbonetos e minerais de hoje em dia) e as doenças e epidemias que tudo isso acarreta.

A difusão de informações sobre os povos em isolamento e a criação de consciência sobre sua situação e seus direitos é algo que cabe a todos nós, defensores dos direitos humanos.

Beatriz Huertas Castillo, IWGIA,

http://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0603_aislados_contacto_inicial.pdf

Povos isolados em reservas

Para conhecer a situação dos povos em isolamento nas reservas do Peru, conversamos com Daniel Rodríguez, David Hill e Alejandro Chino Mori, que falaram a partir de suas experiências de trabalho, respectivamente na reserva de Madre de Dios, na reserva Nahua Kugapakori e nas reservas Isconahua e Murunahua.

*** Políticas peruanas sobre os Povos Indígenas em Isolamento**

Daniel Rodríguez, que trabalhou para a Federación Nativa del río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD), diz que a aprovação, em 2006, de uma lei que dispõe sobre a proteção dos povos em isolamento e contato inicial implicou o reconhecimento legal dos direitos desses povos e definiu sua vulnerabilidade, bem como as obrigações que o Estado tem de protegê-los.

David Hill, da organização *Forest Peoples Programme*, que trabalhou como consultor na reserva Nahua

Kugapakori, falou das cinco “Reservas Territoriais” intangíveis criadas para esses povos, que totalizam 2,8 milhões de hectares. Embora sejam figuras territoriais interessantes que constituíram bases legais para o desenvolvimento de políticas de saúde específicas, as reservas indígenas surgiram basicamente do movimento indígena, que impulsionou a normativa por força de estudos e pressões, segundo Daniel. David concorda em que a política estatal de proteção aos povos isolados é frágil e que o Estado vai a “reboque” da sociedade civil.

Por outro lado, na definição de territórios, deixa-se aberta uma janela legal que permite a extração de recursos naturais em territórios de povos isolados em casos de “interesse nacional”. Cria-se uma ambiguidade jurídica que permite a existência de contradições entre as obrigações de proteger os isolados e a promoção de políticas extrativas e de desenvolvimento em seus territórios (hidrocarbonetos e megaemprendimentos na Amazônia).

David cita como exemplo “o recente relatório do Ministério da Cultura sobre a Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) da expansão do projeto de gás de Camisea, na Reserva Kugapakori-Nahua-Nanti, que afirmou que o empreendimento poderia ‘devastar’ ou ‘extinguir’ três dos povos indígenas de lá. Esse relatório desapareceu da esfera pública em poucas horas, foi anulado uma semana depois, e agora está sendo re-escrito, e, enquanto isso, vários funcionários do ministério ‘se demitiram’. Isso só mostra o quanto o atual governo do Peru leva a sério essas questões!”

Segundo Daniel, diversos grupos de isolados estão cada vez menos invisíveis em determinados setores da Amazônia. Sua proximidade é interpretada por alguns como uma mudança na vontade de se isolar e uma expressão de sua intenção de sair e se comunicar. Isso faz com que os trabalhos de proteção dos direitos desses povos sejam cada vez mais difíceis e indica a urgência de se aumentarem os esforços mínimos de controle territorial realizados até agora.

Por sua vez, Alejandro Chino Mori, Assessor Jurídico para a questão de Povos Indígenas em Isolamento Voluntário da Organização Regional Aidesep Ucayali (ORAU), integrante da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDASEP), considera que, no Peru, “não existe uma política clara e definida pelo Estado e, especificamente pelos governos da vez, em favor dos povos indígenas em situação de isolamento voluntário nem em situação de contato inicial. A luta constante da nossa organização indígena AIDASEP e suas bases regionais, como a ORAU, conquistou alguns avanços para que os direitos coletivos e individuais desses povos ao menos sejam respeitados de uma ou outra forma, embora ainda não estejam garantidos e sejam vulneráveis”.

*** *Número de grupos de povos em isolamento***

Especialistas internacionais convergem em torno de um número de 20 grupos em 2005. Atualmente, fala-se de uns 15 ou 20, que totalizam umas 1.000 pessoas de várias famílias linguísticas, principalmente pano e aruaque, embora também zaparo, waorani e outras desconhecidas.

A maioria dos membros de alguns desses grupos estabeleceu vínculos com a sociedade nacional, mas alguns escolheram não fazer contato, como os matsigenka, os asháninka e os cacataibo. Há povos com essas características nas zonas norte e central do Peru, mas a maioria está no sudeste do país. Alejandro nos informa sobre os povos identificados que habitam as seguintes reservas territoriais: na reserva de Mashco Piro, os mascho-piros, os mastanhuas e os chitonahuas; na reserva de Murunahua, os chitonahuas e os mashco piros; na reserva de Isconahua, os isconahuas e os Remos.

*** *As reservas existentes são suficientes?***

David é categórico ao afirmar: “ Absolutamente não. Como eu já disse, as cinco reservas existentes nunca foram devidamente protegidas, nem cobrem todas as áreas habitadas por povos isolados. A Reserva Madre de Dios é um exemplo. Como resultado, elas pouco ou nada significam na prática. Além disso, há as cinco reservas propostas que ainda não foram estabelecidas, bem como PIAV (povos indígenas em isolamento voluntário, na sigla em espanhol) que vivem em áreas onde não há nem reservas, nem reservas propostas ”.

Alejandro também concorda em que as reservas não são suficientes para os povos em isolamento “já que seus territórios ancestrais vão além do demarcado, e por uma simples razão: para eles, não existem limites nem fronteiras em seus deslocamentos ou percursos”.

Por sua vez, Daniel também opina que “a relação com os territórios é dinâmica e fluida. A criação de reservas com limites fixos não se ajusta à lógica desses povos, e menos ainda se estiverem sujeitos a pressões variáveis e mudanças ecológicas e climáticas”.

*** *Situação dos povos em isolamento que não estão em reservas***

Ainda que as realidades variem muito, tanto entre os distintos povos em isolamento dentro das reservas quanto fora delas, Daniel comenta que, em termos gerais, ambas as situações não diferem muito, na medida em que a proteção dentro das reservas não é tão efetiva quanto se gostaria. Logicamente, sua presença dentro de um parque nacional, por exemplo, muda as coisas, já que, por um lado, é verdade que existem mais meios efetivos para controlar a aproximação de pessoas e prevenir um contato, mas, por outro lado, os objetivos dessas áreas incluem atividades como turismo ou pesquisa científica, que limitam o exercício dos direitos desses povos.

Alejandro comenta que, para os povos que não estão em reservas, a AIDSESEP elaborou propostas formais ao Estado, para que eles sejam reconhecidos.

*** *As reservas em processo de demarcação***

Há muitos anos, as organizações indígenas, apoiadas por outras organizações sociais, propuseram a criação de cinco reservas além das existentes.

A Comissão Multissetorial, criada pela Lei 28736, diz Alejandro, é a encarregada de examinar as reservas em processo de demarcação, que já contam com parecer técnico favorável, que deverá ser aprovado por essa comissão e reenviado à Presidência do Conselho de Ministros para sua respectiva aprovação.

“Em uma carta à AIDSESEP no início deste ano”, informa David, “o Ministério da Cultura revelou seu apoio às cinco reservas propostas. Essas propostas deveriam ser discutidas por uma comissão intergovernamental, em Lima, em agosto, mas a reunião foi adiada e reagendada para o próximo mês. O que vai acontecer não se sabe. Lembre-se, desde as demissões no Ministério relacionadas ao EIA do ‘Lote 88’, o pessoal lá é muito diferente. Mas todo esse processo, que está levando anos e tem sido impulsionado pela sociedade civil, particularmente as organizações indígenas, é realmente muito constrangedor para o governo peruano. Ou pelo menos *deveria* ser. Demonstra muito claramente, mais uma vez, o quanto o governo se preocupa pouco com os PIAV – ou, dito de outra forma, o pouco que se preocupa com os direitos humanos de alguns dos cidadãos mais vulneráveis do país”.

*** *O consentimento prévio informado e os povos em isolamento***

As Diretrizes da ONU sobre a proteção dos povos isolados reconhecem o isolamento como uma manifestação de vontade política. Portanto, o direito a não participar deve ser respeitado como tal, uma

posição que é reforçada ao se considerar a notória vulnerabilidade imunológica desses povos. O Peru tem obrigação de respeitá-lo, segundo o direito internacional e a interpretação da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que o país assinou em 1978.

Como explica David, “o que isso significa – ou melhor, o que *deveria* significar – é que o Peru não pode dar concessões a companhias de petróleo e gás nem a qualquer outra, em regiões onde há povos isolados. Obviamente não. Eles são povos isolados! Estão em ‘isolamento voluntário’. Não estão em contato com o Estado e, portanto, o consentimento não pode ter sido obtido. Mas, dito isso, há um risco de que esse conceito seja manipulado e se tente ou se fabrique um contato com os povos isolados, na tentativa de cumprir a lei e/ou fazer parecer que o consentimento foi dado. Isso não só prejudicaria os princípios do próprio consentimento livre, prévio e informado (de que forma essas pessoas poderiam realmente ser ‘informadas’ sobre as operações de petróleo ou gás em seu território?), mas também poderia ser catastrófico, como eu já expliquei. Como povos indígenas, eles também têm direito à autodeterminação, reconhecido pelas leis internacionais. Isso significa que eles têm direito de viver como quiserem, o que, neste caso, é em ‘isolamento voluntário’. O governo peruano deve respeitar isso e, ao fazê-lo, tem a oportunidade de dar um exemplo progressista de direitos humanos a outros países onde também existem povos isolados”.

Sobre esta base, como reflete Daniel, “é necessário tomar decisões em relação a cada situação específica, como é o caso do grupo Mashco Piro, da região do Alto Madre de Dios, que, desde maio de 2011, tem se tornado cada vez mais visível e dado mostras de querer estabelecer comunicação com outros. Embora não seja possível negar a possibilidade do intercâmbio dialético nesse tipo de caso, é necessário abrir um processo de reflexão em torno à forma e as condições nas quais se abriria um processo de diálogo. Ainda não se iniciou formalmente esse tipo de processo de definição de estratégias consensuais de relacionamento, e existem vários setores nos quais ele é muito necessário”.

*** As novas tecnologias de mapeamento (Google Earth, GPS): benefícios ou ameaças para os povos isolados?**

Alejandro opina que, como ferramentas de trabalho, as novas tecnologias permitem obter mais precisão sobre os espaços territoriais onde habitam os povos isolados, permitindo saber pontos exatos de avistamento ou encontro de evidências desses povos.

Daniel comenta sua experiência: “Este é um ponto fundamental. As imagens de povos isolados acompanhados de sua localização são cada vez mais frequentes nos meios de comunicação. Politicamente, esses materiais cumprem um papel muito importante, já que, no Peru, a existência desses povos foi questionada publicamente e de maneira reiterada por determinados setores do governo. A luta pelos direitos desses povos se centrou em grande parte em mostrá-los nacional e globalmente. O caso mais claro foi a difusão, por parte de FUNAI, das fotos aéreas de um grupo na fronteira entre Peru e Brasil, em 2008.

Também é necessário refletir sobre o uso de imagens: a exposição de um grupo publicamente, de forma reiterada, nos meios de comunicação oferece riscos em função do “efeito chamada” que provoca em terceiros. Além disso, implica aspectos éticos em relação a sua imagem. No caso concreto do grupo Mashco Piro do Alto Madre de Dios, essa exposição não se refletiu em mudanças significativas nas políticas públicas de proteção”.

**A situação na Reserva de Madre de Dios
– em conversa com Daniel Rodríguez –**

** Quais são as características da reserva de Madre de Dios, entre elas, a área com relação aos PIAV existentes?*

A reserva de Madre de Dios foi uma solução para a proteção territorial de povos isolados no norte daquele departamento, tomada em um tempo política e economicamente tumultuado na região.

Chegou-se a um consenso para a delimitação da área sem levar em conta os dados existentes sobre a territorialidade dos isolados, de modo que a linha leste que separa a reserva da área de concessões florestais é artificial.

A presença de isolados fora da reserva é um problema que vem se acentuando nos últimos anos e foi criando uma problemática complexa, porque os territórios usados por esses povos se sobrepõem aos direitos de outros povos indígenas assentados na zona.

Por outro lado, a Reserva é um paradigma do modelo de proteção de direitos no Peru, principalmente pela notória e sustentada ausência do Estado e o papel predominante da sociedade civil, principalmente da organização indígena regional FENAMAD, na implementação de políticas de proteção. A FENAMAD teve um papel catalítico na criação da área em 2002, e continua seu trabalho de proteção territorial e alerta precoce, articulado com comunidades indígenas próximas, principalmente na bacia do rio Las Piedras.

Nos últimos anos, o Estado, por meio de seu órgão coordenador de políticas de proteção de isolados, o INDEPA, tem manifestado interesse em assumir a proteção na reserva. Essas iniciativas têm sido principalmente declaratórias, e não tiveram resultados práticos. Mais do que isso, a tendência tem sido de não reconhecer os trabalhos e o papel das organizações indígenas e suas comunidades, razão pela qual têm se acentuado os conflitos sobre a legitimidade da representação dos interesses dos isolados entre organizações indígenas e o Estado.

** Quais são as ameaças aos PIAV nessas regiões e quais são as tendências? São as mesmas ameaças de quando se criaram as reservas ou atualmente há outras?*

Houve mudanças importantes na reserva territorial. A natureza das ameaças não é tão visível quanto no momento de sua criação e em anos seguintes, no sentido de que não existe uma presença maciça de madeireiros ilegais em seu interior – embora haja igualmente zonas de extração ilegal. As atividades madeireiras se formalizaram em grande parte e se desenvolvem no entorno da reserva. Essas grandes empresas estão trabalhando em territórios que têm limites diretos com a reserva e são ocupados pelos isolados. Muitas delas estão certificadas e proclamam seu interesse em contribuir com a proteção da reserva, mas temos informações de que continuam extraindo madeira de áreas de sua concessão onde se registrou a presença de isolados, pondo em perigo a vida de seus trabalhadores e dos indígenas. Essa situação é complexa. Eles têm direitos outorgados pelo Estado, mas é preciso ter em vista que o processo de outorga dessas concessões na criação da reserva foi fruto de uma negociação política e não de uma decisão informada por dados de territorialidade existentes.

Por outro lado, existe uma série de questões que não são tão tangíveis e afetam aos povos isolados, como a complexa relação entre esses povos e seus vizinhos, ou as mudanças ecológicas e climáticas. No caso dos mashco puros, eles se movem em territórios muito extensos em função de recursos que aparecem em determinados lugares, como os rios, ao quais eles vão em épocas secas, em busca de ovos de tartaruga e de outros animais. As secas enormes, que prolongam os verões e secam os rios, fazem com que os isolados passem mais tempo nas margens dos rios, sem retornar às zonas mais altas, propiciando assim vários encontros nas praias, com as consequências que isso tem. As mudanças do clima também alteram as dinâmicas de caça.

Sem, dúvida, os projetos de desenvolvimento em zonas próximas têm grande impacto na mobilidade dos povos isolados, ao passo que o trânsito de pessoas pela reserva ficou visível, inclusive relacionado ao narcotráfico.

A situação na reserva de Nahua Kugapakori – em conversa com David Hill –

** Quais são as características da reserva Nahua Kugapakori, entre elas, a área com relação aos PIAV existentes?*

Essa reserva foi criada em 1990 e, em seguida, recebeu maior proteção legal por meio de um Decreto Presidencial em 2003, que mudou o título para incluir, além dos kugapakoris e dos nahuas, os nantis e os “outros”. Estende-se por mais de 450 mil hectares e fica entre o rio Urubamba, um dos principais afluentes do Amazonas, e o Parque Nacional de Manu, descrito pela UNESCO como o local de maior biodiversidade do planeta. No entanto, como as outras quatro reservas, esta nunca foi devidamente protegida. Na verdade, é uma ironia particularmente trágica que essa reserva tenha a “melhor” proteção legal de todas as reservas existentes e ainda tenha alguns postos de controle, seja financiada pelo governo, mas, na verdade, seja a menos protegida na prática.

Em 2000, o governo peruano assinou um contrato com o consórcio Camisea para operar em uma concessão chamada de “Lote 88”, quase 75% da qual está sobre a reserva e a corta quase totalmente pela metade. Desde então, a Pluspetrol vem explorando em busca de gás, perfurando e bombeando, e agora planeja expandir suas operações mais ao norte, ao leste e ao sul dentro da reserva, que é o que motivou um apelo às Nações Unidas, em janeiro deste ano, por parte da organização indígena nacional AIDSEP, das organizações indígenas regionais COMARU e ORAU, e do Programa de Povos da Floresta, para quem eu estou trabalhando como consultor. Esses planos de expansão incluem a perfuração de poços e a realização de testes sísmicos 2D e 3D em áreas usadas pelos PIAV, por exemplo, no sudeste e no nordeste do Lote 88, nas cabeceiras dos rios Cashiriri e Serjali. A Pluspetrol reconhece isso abertamente em seu EIA. Ela afirma que os PIAV são muito vulneráveis, que o contato é “provável”, e que, em geral, pode levar a “mortes em massa”. Na verdade, o EIA também reconhece que as operações da Pluspetrol em 2002 e 2003 levaram ao contato forçado com alguns

matsigenkas em “isolamento voluntário”, e cita a antropóloga peruana Beatriz Huertas Castillo, segundo a qual o projeto Camisea também forçou o contato com alguns dos Nanti .

** Quais são as ameaças aos PIAV nessas regiões e quais são as tendências? São as mesmas ameaças de quando se criaram as reservas ou atualmente há outras?*

A demanda por petróleo é uma das maiores ameaças. Perenco, Repsol e Subandean operam no Lote 67, no Lote 39 e no Lote 121, no norte do Peru, perto da fronteira equatoriana, e a Pacific Rubiales está no Lote 137, também no norte do país, perto da fronteira com o Brasil. Todas essas concessões se sobrepõem a áreas habitadas pelas reservas PIAV e por reservas propostas. As operações estão em diferentes estágios e, portanto, as ameaças variam.

A Perenco está operando sobre depósitos que foram declarados comercialmente viáveis em dezembro de 2006 e pretendia começar a bombear até julho deste ano, e o tipo de infraestrutura necessária para isso – plataformas, poços e, com o tempo, um gasoduto – significa que a empresa tem a intenção de permanecer lá, no território dos PIAV, por muitos anos. A Repsol, por outro lado, anunciou uma série de descobertas desde 2005, mas continua explorando, por meio da perfuração de poços e da realização de mais testes sísmicos, enquanto a Pacific Rubiales só começou seus testes sísmicos muito recentemente. É claro que a realização desses testes não significa que a empresa vá permanecer em qualquer área o tempo que ficaria se descobrisse os depósitos que pretendia explorar, mas como reconheceu a *Defensoria Popular* do Peru (Ouvidoria), a fase de exploração é a que tem mais probabilidades de gerar contato por causa da maneira como as equipes sísmicas se movem. Como já se enfatizou repetidamente, qualquer tipo de contato – e eu quero dizer QUALQUER – entre os PIAV e trabalhadores de empresas pode ser catastrófico por causa da falta de defesas imunológicas desses povos e do fato de que até mesmo gripes e resfriados, se transmitidos, pode facilmente matá-los. Sem falar do que acontece quando o petróleo vaza. Olhe o rio Corrientes, no norte do Peru, para ver como pode ser devastador.

O gás é outra grande ameaça, como eu já deixei claro. Mas não só no Lote 88. Também é possível que o governo venha a estabelecer outra concessão no “Lote Fitzcarrald”, que estaria imediatamente a leste do Lote 88 e imediatamente ao extremo oeste do Parque Nacional de Manu, e dividiria completamente a Reserva Kugapakori-Nahua-Nanti em duas. O ministro da energia do Peru minimizou o Lote Fitzcarrald em uma audiência no Congresso do Peru, em abril, depois de um interesse considerável da mídia e alguma oposição da sociedade civil, e algumas pessoas parecem pensar que não passa de mito ou fantasia, mas a ameaça permanece. Não resta dúvida sobre isso” .

**Há outras ameaças?*

Certamente. As reservas já foram invadidas várias vezes por madeireiros, e também há missionários cristãos, traficantes de drogas, turistas ocasionais e até cineastas em busca de temas exóticos. Os missionários podem ser particularmente perigosos, porque eles realmente querem fazer contato com os PIAV, ao contrário de madeireiros, traficantes de drogas e companhias de petróleo e gás, etc, para os

quais esses povos são simplesmente inconvenientes ou uma potencial ameaça à vida, ou, pelo menos para os últimos, um potencial problema de relações públicas. Os madeireiros também podem ser especialmente perigosos. Apesar dos esforços para controlar a extração de madeira estabelecendo concessões, muitas delas se sobrepõem a territórios de PIAV desprotegidos, enquanto a extração ilegal realizada fora dessas concessões ainda é galopante em afluentes distantes, onde ainda existem madeiras valiosas. Claro, tudo isso é completamente desregulado, e os madeireiros, ao contrário das empresas de petróleo e gás, muitas vezes portam armas. Eu mesmo os vi, armados, subindo o rio de barco em uma das reservas, e ninguém para detê-los. Às vezes, há relatos sobre brigas e madeireiros sendo feridos ou mesmo mortos pelos PIAV, mas nunca se ouve falar de quantos indígenas morreram .

** As ameaças são as mesmas de quando se criaram as reservas ou atualmente há outras?*

Eu acho que a maioria das ameaças continua igual, mas enquanto a principal ameaça, digamos, dez anos atrás, era das madeiras, hoje ela vem mais claramente do petróleo e gás. As estimativas variam, mas a porcentagem da Amazônia peruana atualmente coberta por concessões de petróleo e gás é muito alta. Basta olhar um mapa! Dito isto, existe toda uma nova ameaça que é, no longo prazo, potencialmente mais grave do que qualquer das outras. Sabe a lei de 2006 que eu mencionei antes? Uma das coisas que essa lei faz é criar uma nova categoria jurídica para os PIAV, chamada de “Reserva Indígena”, na qual, de acordo com o artigo 5º, inciso C, da lei, os recursos naturais *podem* ser explorados se forem considerados de “necessidade pública”. É um furo grave que, como eu disse, acaba tornando o resto da lei um enigma. Agora existe, já em processo, um plano para transformar todas as cinco “Reservas Territoriais” em “Reservas Indígenas”, transformando-as, de supostamente “intangíveis” em ‘tangíveis’. *Exploráveis* . Não quer dizer, infelizmente, que essa “intangibilidade” tenha significado muito no caso da Reserva Kugapakori-Nahua-Nanti!

Início

- Equador: a Zona Intangível Tagaeri-Taromenane do Yasuní

Em 1999, um decreto presidencial deu origem à chamada Zona Intangível Tagaeri Taromenane (ZITT) dentro do Parque Nacional Yasuní. A ação significava que essa zona estaria vedada para sempre a operações extrativistas, incluindo a atividade petroleira. Segundo o decreto, as zonas intangíveis são “espaços protegidos de grande importância cultural e biológica, nos quais não se pode realizar nenhum tipo de atividade extrativa devido ao alto valor que têm para a Amazônia, o Equador, o mundo e as gerações atuais e futuras”.

A Zona Intangível abarca aproximadamente 700.000 hectares da zona sul do Parque, equivalente ao núcleo do Parque Nacional Yasuní e parte do território dos tagaeri taromenanes, dos grupos de indígenas pertencentes aos waoranis, que vive na Amazônia equatoriana, entre os rios Yasuní e Curaray, compartilhando o território com outros grupos waoranis. Em reação ao auge petroleiro dos anos 70 e à ocupação de seu território por blocos petroleiros nos últimos 20 anos, os tagaeri taromenanes buscaram o

isolamento, e sua recente visibilidade está relacionada com a expansão da fronteira extrativa em direção às suas zonas de refúgio.

A criação da Zona Intangível, que poderia parecer uma medida de proteção, deixou aberta a possibilidade de intervir no resto do parque, e é por isso que a zona intangível do Yasuní tem fronteiras com blocos petrolíferos em todos os pontos cardeais.

Cabe destacar que a delimitação da zona intangível não responde à territorialidade exercida pelos povos em isolamento. Por outro lado, a simples colocação de placas de advertência não é suficiente para deter as incursões ilegais à zona nem garante a livre circulação dos povos em isolamento. Tanto a escassez dos recursos que lhes permitem sua sobrevivência quanto como a contaminação ambiental – ambas provocadas pela atividade petrolífera – empurra cada vez mais os povos em isolamento a buscar seu sustento em outras zonas. Esta pressão sobre seus territórios também contribuiu para a intensificação de conflitos interétnicos.

Uma característica particular dos povos Tagaeiri e Taromenane no Yasuní é a agressividade que eles têm manifestado reiteradamente, desde o “boom” petrolífero, em relação ao mundo exterior, e principalmente às intrusões de forasteiros em seu território. No entanto, embora se tenha registro de alguns ataques a partir da entrada de empresas petrolíferas na zona, a situação se agravou nos últimos anos à medida que aumentava a pressão sobre o território desses povos causada pela extração ilegal de madeira, a extração legal de petróleo e a expansão da fronteira agrícola.

Os conflitos que foram sendo gerados estão relacionados às características demográficas e ideológicas de sua estrutura social de caçadores-coletores-horticultores culturalmente relacionados aos waoranis. Esses grupos isolados se caracterizam historicamente por uma relação agressiva com as “não pessoas”, coworis, na língua wao tededo, e a guerra é central para a manutenção de sua identidade de grupo e sua territorialidade.

Neste marco, é muito provável que a presença e a intromissão de agentes externos em seu território possam desencadear conflitos, confrontos e ataques.

Segundo a denúncia da organização Acción Ecológica, a delimitação da Zona Intangível foi elaborada “em cumplicidade com as grandes transnacionais que têm concessões petrolíferas na Reserva da Biosfera Yasuní. Essas companhias forneceram mapas, informações, infraestrutura e, por último, exerceram uma pressão considerável”. O resultado é que os limites atendem aos interesses das petrolíferas, e não às práticas de mobilidade e assentamento dos Povos Tagaeiri e Taromenane.

O “surgimento” dos povos em isolamento voluntário no marco jurídico nacional é um desafio para o Estado. Esses povos em isolamento representam o limite da institucionalidade estatal e seus marcos jurídicos, e deixam ao Estado uma enorme dívida em relação a suas vidas e sua cultura.

A Acción Ecológica propõe que “qualquer programa de proteção aos povos isolados tenha que necessariamente passar pela proibição da extração de petróleo no território ocupado por esses povos, e isso deveria abrir uma transição rumo a um novo modelo econômico, rumo a um Equador pós-petrolífero”.

Não obstante, a recente decisão do governo vai em sentido contrário: o governo de Rafael Correa decidiu

acabar com sua proposta de deixar o petróleo no subsolo na zona imaculada conhecida como Yasuní-ITT. No último dia 15 de agosto, aprovou uma decisão que abre o Yasuní à exploração de petróleo, representando, além do mais, um aumento ainda maior das ameaças aos povos isolados.

A decisão desencadeou uma onda de protestos nacionais e internacionais, bem como repressão de jovens que manifestaram seu apoio à vida e ao Yasuní.

A organização internacional Oilwatch enviou uma carta ao presidente do Equador lembrando que “a extração de petróleo não é, de maneira alguma, uma atividade benigna, e as profundas marcas deixadas pela Texaco (Chevron) na Amazônia equatoriana são uma lembrança cruel disso”.

A Oilwatch reivindica a iniciativa original de deixar o petróleo no subsolo e insta o presidente e a Assembleia Nacional a respeitarem e defenderem os direitos dos povos do Yasuní e os direitos da natureza (ver <http://www.oilwatch.org/inicio/99-campaas/campaa-reas-protegidas/625-proteger-el-planeta-mantener-a-las-empresas-petroleras-fuera-del-bloque-itt-en-el-yasuni>)

Artigo baseado em: “Ecuador: Critican decreto de zona intangible en Pque. Nacional Yasuni”, Nathalia Bonilla e José Proaño, Acción Ecológica, <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=44563> ; “La geografía imposible de la Zona Intangible Tagaeri Taromenane”, nota à imprensa de Geoyasuni.org, http://www.geoyasuni.org/?page_id=830 ; e informações proporcionadas por Alexandra Almeida, Acción Ecológica, yasuni@accionecologica.org

Início

- Ilhas Andaman, Índia: “safári” de Jarawas

Foto: Survival International

Mais uma grande ameaça cerca alguns grupos em isolamento: o turismo de massas que, em mãos de operadoras privadas e guias locais, com frequência sobrevoa os territórios identificados para satisfazer os turistas.

Nas ilhas Andaman, são organizados “safáris” para ver uma nova atração turística: os Jarawas, uma tribo recentemente contatada que começou a se relacionar com o mundo exterior. Mas, de que forma?

Segundo os antropólogos, os Jarawas são descendentes de alguns dos primeiros humanos que emigraram da África em direção a outros territórios. Levam uma vida simples. Os homens caçam porcos e tartarugas com arco e flecha e as mulheres coletam frutos e mel.

A partir de 1998, quando um integrante do grupo chamado Enmai (ver Histórias de resistência, neste número) quebrou a perna, sendo encontrado e levado a um hospital, os jarawas começaram a se aventurar pelos caminhos e a se deixar ver. Mas isso lhes custou muito caro. Como já ocorreu com vários outros grupos, eles sucumbiram a doenças para as quais não haviam desenvolvido imunidade: sarampo, caxumba e malária. Outros adotaram os vícios dos forasteiros: fumo, álcool e algum estimulante.

Agora, a tribo Jarawa – de cerca de 403 integrantes – vive em uma reserva no sul das ilhas Andaman, na Baía de Bengala, pertencente à Índia. Embora, em 2002, o Tribunal Supremo da Índia tenha ordenado o fechamento da estrada que atravessa a reserva dos jarawas, o caminho continua aberto e o lugar atrai centenas de turistas. Na entrada da reserva, onde os turistas fazem fila, há placas advertindo que é

proibido tirar fotos, ter contato ou molestar os membros da tribo, gente sem malícia, inocente e altamente vulnerável à exploração. Há policiais, supostamente para protegê-los.

Um jornalista do diário britânico The Guardian, que esteve no lugar para ver a situação, relata que, quando se abriu o portão que dá entrada à reserva, os turistas começaram a tirar fotos e a jogar bananas e bolachinhas a jarawas parados nos lados da estrada, como se fossem animais de um zoológico. O jornalista filmou várias jovens Jarawas dançando para os turistas, e se podia ver como o policial, supostamente destinado a cuidar delas, ordenava a uma das meninas que dançasse.

Na loja Vyas Brothers, em Port Blair, capital das Ilhas Andaman, estavam à venda peças de artesanato e algumas estátuas de madeira dos Jarawas. O encarregado da loja dividiu o que foi arrecadado com os indígenas no dia de “safári”: 15.000 rúpias (US\$ 240) com o policial – que deveria manter afastados os turistas, mas fez exatamente o contrário – e mais um pouco para o motorista. Para os Jarawas? Presentinhos.

A partir dessa denúncia, a organização Survival, de defesa dos direitos dos povos indígenas tribais, iniciou uma campanha contra os “safáris humanos”. Em janeiro deste ano, no que parecia um avanço, o Tribunal Superior da Índia aprovou uma “ordem provisória” proibindo a entrada de turistas na estrada que atravessa a reserva dos Jarawas nas ilhas Andaman. Mas, dois meses depois, outra decisão revogou a ordem, seguramente cedendo às pressões dos operadores turísticos e dos interesses comerciais que se movem em torno ao turismo.

Como resposta, no mês de abril, a Survival lançou um boicote turístico às ilhas Andaman, o qual foi respaldado por milhares de pessoas que prometeram não visitar as ilhas até que não se ponha fim a essas excursões, bem como de agências de viagens, que suprimiram as Ilhas Andaman como destino turístico (ver <http://www.survival.es/noticias/9201>).

A colonização continua, de distintas maneiras, com distintas caras, mas adquire um de seus piores e mais dolorosos aspectos nas ações que humilham, deterioram e submetem os povos isolados, cada vez mais encurralados.

Artigo baseado em: “Andaman Islands tribe threatened by lure of mass tourism”, Gethin Chamberlain, The Guardian, <http://www.theguardian.com/world/2012/jan/07/andaman-islands-tribe-tourism-threat>; “Miles de personas se unen al boicot de las islas Andamán de la India”, Survival, <http://www.survival.es/noticias/9244>

Início

- Os Sentineleses – a tribo mais isolada do mundo?

Foto: Survival International

Vivendo em sua própria ilhazinha de apenas 72 km², os sentineleses são, provavelmente, a tribo mais isolada do mundo. Acredita-se que sejam descendentes diretos das primeiras populações humanas a surgir da África e que vivam nas Ilhas Andaman há 55.000 anos.

Eles atraíram a atenção internacional após o tsunami asiático de 2004, quando um membro da tribo foi fotografado atirando flechas contra um helicóptero da guarda costeira que verificava se eles estavam a salvo.

A tribo continua a resistir a todo e qualquer contato com estranhos, atacando quem chega perto. Em 2006, dois pescadores indianos que tinham atracado o barco perto de Sentinela do Norte para dormir depois de pescar ilegalmente nas águas ao redor da ilha foram mortos quando o barco se soltou e derivou para a praia. Sabe-se que esses pescadores agem ilegalmente, pegam tartarugas e mergulham em busca de lagostas e pepinos do mar nas águas próximas à ilha.

A maior parte do que se sabe sobre os Sentineleses foi coletada por meio de observação feita de barcos ancorados a uma distância da costa maior do que o alcance de uma flecha, e em breves períodos em que eles permitiram que os funcionários chegassem perto o suficiente para entregar alguns cocos. O nome "Sentineleses" não é deles, vem de sua ilha, batizada pelos ingleses que colonizaram o arquipélago na década de 1850. Ninguém sabe como eles chamam a si mesmos.

Os Sentineleses caçam e se reúnem na floresta, e pescam nas águas da costa. Fazem canoas estreitas, que só podem ser usadas em águas rasas, já que são dirigidas e impulsionadas com uma vara.

Acredita-se que vivam em três pequenos grupos. Eles têm dois tipos diferentes de casas: grandes cabanas comunais com vários fogos, para várias famílias, e abrigos mais temporários, sem lados, com espaço para uma família nuclear.

Ninguém sabe quantos Sentineleses existem – a população oficial é estimada em 39 pessoas, mas esse número é baseado no que foi possível ver com binóculos quando os funcionários do censo chegaram perto da ilha. Funcionários contaram 91 pessoas à distância, mas é provável que o número seja bem maior.

As mulheres usam cordas de fibra amarradas na cintura, no pescoço e na cabeça. Os homens também usam colares e tiaras, mas com uma faixa mais grossa, que também pode funcionar como armadura. Eles usam lanças, arcos e flechas.

Pelo que pode ser visto de longe, os ilhéus sentineleses parecem ser orgulhosos, fortes e saudáveis, e observadores notaram muitas crianças e mulheres grávidas durante todo o tempo. Isto está em contraste visível com as Grandes Tribos andamanesas, às quais os britânicos tentaram trazer a "civilização". O contato e as tentativas de "integrá-las" foram devastadores. Em 1800, a população dos Grandes Andamaneses era estimada em mais de 6.000, e agora é de apenas 53. As tribos tiveram suas terras roubadas e foram dizimadas por doenças; hoje, são completamente dependentes do governo. Alcoolismo e doenças como a tuberculose são muito frequentes.

Em 1879, os britânicos lideraram uma grande equipe à ilha de Sentinela do Norte, na esperança de entrar em contato com os sentineleses. Encontraram aldeias e caminhos recém-abandonados, mas não viram sinal dos indígenas. Depois de alguns dias, depararam-se com um casal de idosos e algumas crianças que, "no interesse da ciência", foram levados para a capital das ilhas. Previsivelmente, eles logo ficaram doentes e os adultos morreram. As crianças foram levadas de volta a sua ilha com vários presentes. Não se sabe quantos sentineleses ficaram doentes como resultado dessa "ciência", mas é provável que as crianças tenham transmitido as doenças e os resultados teriam sido devastadores.

Durante a década de 1970, funcionários indianos fizeram viagens ocasionais a Sentinela do Norte, em uma tentativa de fazer amizade com a tribo, muitas vezes, para a diversão dos dignitários. Em uma dessas viagens, foram deixados na praia dois porcos e uma boneca. Os sentineleses lancearam os porcos e os enterraram, junto com a boneca. Essas visitas se tornaram mais regulares na década de 1980; as equipes tentavam atracar em um local fora do alcance das flechas e deixar presentes, como coco, banana e pedaços de ferro. Às vezes, os sentineleses pareciam fazer gestos amigáveis; outras vezes, levavam os

presentes para a floresta e atiravam flechas no grupo de contato.

Em 1991, parecia haver um avanço. Quando os funcionários chegaram, a tribo fez um gesto para que eles trouxessem presentes e, em seguida, pela primeira vez, aproximou-se sem suas armas. Os indígenas até entraram no mar, em direção ao barco, para recolher mais cocos. No entanto, esse contato amigável não duraria e, apesar de as viagens para dar presentes terem continuado por alguns anos, os encontros nem sempre foram amigáveis. Às vezes, os sentineleses apontavam suas flechas contra a equipe de contato, e chegaram a atacar um barco de madeira com suas machadinhas. Os funcionários não conseguiram ir além de distribuir cocos e agora, nem isso parecia bem-vindo. Ninguém sabe por que eles abandonaram inicialmente e depois retomaram sua hostilidade para com as missões de contacto, nem se algum morreu em consequência de doenças contraídas durante essas visitas.

Em 1996, as missões regulares para presentear foram interrompidas. Muitos funcionários estavam começando a questionar se era correto tentar entrar em contato com um povo saudável e contente, que tinha prosperado por conta própria por até 55.000 anos. O contato amigável só conseguiu um impacto devastador sobre as Grandes Tribos andamaneses. O isolamento extremo dos sentineleses os torna muito vulneráveis a doenças para as quais eles não têm imunidade, o que quer dizer que o contato quase que certamente teria consequências trágicas para eles.

Depois de uma campanha da Survival International e de organizações locais, a política atual do governo é de que não devem mais ser feitas tentativas de contato com a tribo, e sim verificações periódicas a partir de barcos ancorados a uma certa distância da costa, para se certificar de que os sentineleses pareçam estar bem e não tenham escolhido buscar contato.

Sophie Grig, Survival International, correo electrónico: sg@survivalinternational.org

Início

- Histórias de resistência

Foto: uncontactedtribes.org

1. Uma visão dos Jarawas, recentemente contatados

Os jarawas, de Ilhas Andaman, na Índia, só tiveram contato amigável com os colonos que vivem perto de sua floresta a partir de 1998. Sua súbita aparição, saindo da floresta sem seus arcos e flechas depois de mais de um século de hostilidade, é amplamente creditada a Enmai, um jovem jarawa. Em 1996, Enmai passou seis meses no hospital depois de ser encontrado pelos colonos com uma perna quebrada.

Ele disse a Shailesh Shekhar, do Hindustan Times: “No início, nós tínhamos medo de vocês ... temíamos vocês ... Nós não tínhamos idéia de que havia um mundo, uma existência além da nossa floresta”.

Sete anos depois de voltar para sua floresta, Enmai criticava as pessoas de fora: “Eles são homens maus ... Eles nos atraem para nos usar ... Não é bom a gente ficar nas estradas e mendigar. Os motoristas abusam de nós. Tudo isso não é bom”.

Ele já não sai da floresta, exceto para ir ao médico, e diz: “A selva é melhor. Mesmo se eu tiver que ficar fora por alguns dias, eu gostaria de voltar para a minha família na selva”.

Fonte: Survival International, <http://www.survivalinternational.org/povos/jarawa>

2. Antes do contato: fugindo

Um número desconhecido de índios ayoreos vive isolado no Chaco paraguaio, a vasta zona de capoeira que se estende ao sul da bacia amazônica. Parojnai [pronuncia-se Pau-hai] Picanerai, sua esposa lbore e seus cinco filhos vinham se deslocando há muitos anos. A área de floresta que chamavam de lar foi ficando cada vez menor e menos segura. Proprietários de terras estavam comprando as florestas deles e enviando escavadeiras para limpar o terreno, descumprindo leis nacionais e internacionais.

As incursões constantes de forasteiros fizeram com que Parojnai e sua família tivessem que mudar de acampamento o tempo todo. Cada movimento repentino significava a perda das roças que haviam plantado e, muitas vezes, de seus bens preciosos, como panelas e ferramentas.

Parojnai: “Nós ouvimos o barulho da escavadeira. Tivemos que fugir imediatamente, mas, felizmente, conseguimos levar todas as nossas coisas.

Passamos a noite na floresta, mas tivemos que nos levantar antes do amanhecer, porque estávamos com medo, e quando estávamos nos levantando, ouvimos o barulho da escavadeira de novo.

Ela começou a se aproximar de nós. A minha esposa teve que deixar os frutos do najnuñane (alfarrobeira) que ela já tinha colhido. Nós também tivemos que deixar outras coisas para correr mais rápido por causa da escavadeira.

Nós corremos de um lugar para outro. Parecia que a escavadeira estava nos seguindo. Eu tive que deixar minhas ferramentas, meu arco, minha corda, para correr mais rápido. No fim, a máquina saiu em outra direção. Quando eu percebi que ela tinha ido para outro lado, encontrei um tronco com uma colméia e peguei o mel.

Nós pensávamos que a escavadeira podia nos ver. Tínhamos plantado muitas culturas no jardim [melão, feijão, abóbora e milho], porque era verão. Nós pensamos que a escavadeira tinha visto nosso jardim e vinha comer o fruto – e nos comer, também. A escavadeira abriu um caminho bem ao lado da nossa roça, por isso que nós estávamos com tanto medo dela.

Nós sempre vimos os aviões, mas não sabíamos que era algo útil dos coijñones [brancos; literalmente, pessoas estranhas]. Também vimos longas nuvens atrás do avião, que nos assustaram, porque pensamos que algo poderia cair em nós. Quando vimos esses aviões grandes com essa fumaça branca atrás, pensamos que eram estrelas”.

Parojnai morreu de tuberculose em 2008.

Fonte: Survival International, <http://www.survivalinternational.org/povos/ayoreo>

3. Contato: uma história pessoal

lbore, uma mulher ayoreo-totobiegosode do Paraguai, conta como, em 11 de junho de 1998, sua família arriscou tudo e fez contato.

“Caminhamos para um lugar onde o meu marido, Parojnai, tinha uma lança afiada. Ficamos lá, preparando nosso acampamento. Depois de um tempo, ouvimos o barulho de um caminhão.

Fomos pegar mel, porque Parojnai já tinha encontrado uma árvore com mel. Amajane [o filho mais velho

deles] e eu vimos uma escavadeira. Vimos a escavadeira e chegamos perto, não importava se os cojñone [brancos, literalmente, pessoas estranhas] nos matassem, não nos importávamos se eles nos matassem.

Lá, nós vimos uma casinha [na verdade, era um trailer de um motorista de escavadeira paraguaio]. Amajane nos disse: 'Fiquem aqui, enquanto eu vou descobrir como são os cojñones, se é possível fazer contato com eles'. Na época, nós não sabíamos como eram os cojñones. Quando Amajane voltou, ele nos disse: 'Eu vi alguns cojñones, mas eu fiquei com medo e não consegui chegar mais perto'.

Parojnai me perguntou se eu estava com medo dos cojñones ou não. Eu respondi: 'Eu não estou com medo, eu vou chegar mais perto deles'.

Berui [o segundo filho mais velho deles] disse: 'Eu também vou com você'. Mas eu disse a Berui, 'Eu não quero que você venha com a gente. Se os cojñones nos matarem, você vai cuidar de seus irmãos pequenos [Tocoi e Aripei] e viver com eles. Berui obedeceu e ficou com seus irmãozinhos. Fomos andando ao lado de uma estrada, em direção aos cojñones.

Vimos a casa dos cojñones. Quando chegamos à casinha, Parojnai gritou: 'Eu sou Parojnai'. Mas parecia que não tinha ninguém na casa. Naquele momento, Amajane também gritou: 'Meu nome é Amajane. Eu não vim para matar vocês'.

Parojnai continuava gritando: 'Eu sou Parojnai' e, de repente, uma cojñoi saiu e eu vi como são os cojñones, vi que eles são pessoas como nós. Eu disse a ele, mais uma vez: 'Nós não viemos matar vocês, queremos viver com vocês'.

O homem disse "ôpa, ôpa" e eu notei que ele estava com muito medo. Ele ficava mexendo a cabeça e olhando para trás, parecia que queria correr. Ele deu um passo para trás e eu lhe disse: 'Não há razão para correr, nós não vamos matá-lo, nós somos pessoas boas'.

Amajane fez sinais para que ele se aproximasse. Quando ele se aproximou, eu o abracei com um braço e Parojnai o abraçou do outro lado, e eu disse: 'Sente-se aqui'. Eu disse: 'Não tenha medo de nós', e eu gritei para Parojnai, 'Segure-o você também, nós não queremos que ele saia de novo' e, sempre com as mesmas palavras, eu disse a ele: 'Não tenha medo, não tenha medo de nós, somos pessoas boas'. O homem não parava de repetir: "ôpa, ôpa, ôpa".

Eu ficava repetia para ele: 'Não tenha medo'. O cojñoi tinha alguma coisa na mão [uma espingarda] e eu perguntei a Parojnai: 'O que é que ele tem na mão?' E Parojnai respondeu: 'É uma arma'. E eu disse para o cojñoi: 'Não tenha medo de nós, traga alguma coisa para nós comermos, nós estamos com fome'. O cojñoi entrou na casinha e trouxe um prato cheio de biscoitos e comeu os biscoitos na nossa frente. Eu também experimentei, mas não gostei.

O homem passou os biscoitos a todos e riu, 'ha, ha, ha', e trouxe um pouco de ensopado em outro prato. Assim como os biscoitos, ele comeu na nossa frente; eu também experimentei e não gostei.

Parojnai disse: 'Traga água, estou com sede, quero beber água'. Vimos um balde e tinha água dentro e nós bebemos. Amajane chegou bem quando nós já tínhamos encontrado água do cojñoi. Amajane tinha medo da água e derramou. Eu disse a ele: 'Você não deveria jogar fora a água'.

O cojñoi entrou na sua casinha e trouxe uma arma. Amajane e seu pai ficaram ao lado desse homem o tempo todo, eles o seguiam passo a passo. De repente, ele atirou para o ar.

Eu fiquei com medo, pensando que ele estava atirando no meu filho e no meu marido. E eu gritei: 'heeee' por medo, e de repente, o homem tirou a camisa e me passou a camisa dele, rindo. E então eu fui dar a ele um colar de purucode [sementes pretas] e coloquei no pescoço dele. Parojnai também trouxe um colar de purucode e também colocou no pescoço dele”.

Em fotos tiradas no dia seguinte, Ibore pode ser vista vestindo a camisa vermelha de futebol do homem.

Ibore e seus filhos vivem agora em uma pequena comunidade ayoreo no limite da floresta. Parojnai contraiu gripe e tuberculose, logo após o contato, e morreu de tuberculose em 2008.

Fonte: Survival International, <http://www.survivalinternational.org/povos/ayoreo>

4. O “último de sua tribo”

Acredita-se que esse homem solitário seja o último sobrevivente de seu povo, que provavelmente foi massacrado por fazendeiros que ocupavam a região de Tanaru, no estado de Rondônia, semelhante à de seus vizinhos mais próximos, os últimos cinco sobreviventes dos Akuntsu. Quando foram contatados pela primeira vez, em 1995, eles contaram como o seu povo foi massacrado nas mãos de pistoleiros contratados por fazendeiros, que demoliram suas cabanas até fazer com que desaparecessem, e atiraram nos que tentaram escapar.

O homem vive sozinho e está constantemente fugindo. Não sabemos o seu nome, a que tribo ele pertence, nem que língua ele fala.

Ele é conhecido apenas como “o homem do buraco”, por causa dos grandes buracos que cava para pegar animais ou para se esconder.

Ele rejeita totalmente qualquer tipo de contato.

A agência para assuntos indígenas do Brasil, a FUNAI, reconheceu formalmente um pequeno pedaço de floresta para sua proteção, que está totalmente cercada por fazendeiros.

Fonte: Survival International, <http://www.survivalinternational.org/povos/indios-isolados-brasil>

5. Karapiru Awá, Maranhão, Brasil

como contado à Survival em 2000

A maioria dos awás que foram contatados – e muitos que não foram – são sobreviventes de massacres brutais que os deixaram com cicatrizes mentais e físicas. Um desses sobreviventes é Karapiru, cuja história incrível ilustra a resiliência do povo Awá. Ele passou cerca de 10 anos fugindo sozinho e acabou estabelecendo contato amistoso com os moradores de um povoado da Bahia. Ele tinha percorrido cerca de 1.000 km desde sua casa. Muito mais tarde, reuniu-se com seu filho, Tiramucum, que havia sobrevivido ao massacre.

“Na época do massacre, eu era o único sobrevivente da família – eu me escondi na floresta e escapei dos *karaí* [não-índios]. Eles mataram a minha mãe, meus irmãos e irmãs e a minha esposa. Eu sobrevivi, sempre conseguindo escapar dos fazendeiros. Caminhei muito, muito, sempre me escondendo na floresta. Eu estava com muita fome e foi muito difícil sobreviver. Eu comia pequenas aves; mais tarde, quando eu viajei para muito longe do lugar onde o massacre aconteceu, eu comecei a pegar animais dos brancos aqui e ali, mas aí eu sempre fugia. Eu comia mel. Eu achei um facão, e eu sempre carrego

comigo – era uma arma e também me ajudava a tirar o mel.

Quando eu fui baleado durante o massacre, eu sofri muito porque não conseguia colocar nenhum medicamento nas minhas costas. Eu não conseguia ver a ferida: é incrível que eu tenha escapado – foi através de Tupã [espírito]. Eu passei dias vagando com dor, com a bala de chumbo nas costas, sangrando, nem sei como não ficou cheio de insetos. Mas eu consegui escapar dos brancos.

Eu passei muito tempo na floresta, com fome e sendo perseguido por fazendeiros. Estava sempre fugindo, sozinho. Não tinha família para me ajudar, para conversar. Então eu entrei cada vez mais fundo na floresta. Hoje eu não saberia dizer onde eu andei. Foi muito triste e tem horas em que eu não gosto de me lembrar tudo o que aconteceu comigo, daquele tempo que eu passei na floresta. Eu me sinto bem aqui com os outros awás. E eu encontrei meu filho depois de muitos anos.

Espero que quando minha filha crescer ela não enfrente nenhuma das dificuldades que eu tive. Espero que tudo seja melhor para ela. Espero que as mesmas coisas que aconteceram comigo não aconteçam com ela. Espero que ela cresça muito saudável. Espero que não seja como no meu tempo”.

Fonte: Survival International, <http://www.survivalinternational.org/pt/awa>

6. Uma visão de Wamaxú Awá, Maranhão, Brasil

como contado à Survival em 2010

Wamaxú é um homem awá que, com sua mãe e vários outros membros desse povo, foi contatado por um grupo de awás já contatados. Ele e sua mãe vivem hoje em uma comunidade awá. Os outros decidiram voltar à sua vida nômade na floresta.

“Alguns awás costumavam nos ver na floresta. Eles devem ter se perguntado: onde eles vivem? Alguns deles foram procurar e encontraram a nossa casa na floresta.

Eu cresci na floresta. Muitas vezes eu saía sozinho para caçar.

Os karaís [não índios] estão na floresta há algum tempo, cortando árvores. Nós caminhávamos na floresta e víamos que eles tinham passado. A primeira vez que os vi, eu ainda era pequeno. Meu pai ainda vivia. Ele tinha muito medo dos não índios.

Três awás que vinham comigo [no momento do contato com outros awás contatados] voltaram a viver na floresta. Eles ficaram aqui por um tempo. Eles realizaram o ritual e dormiram aqui por uns dias, mas não quiseram ficar.

Ainda tem awá vivendo na floresta. Eles vivem fugindo dos não índios, que encontram as pistas deles. E eles escapam, com medo.

Eles quebram babaçu e cortam árvores em silêncio, então ninguém nota que eles estão lá. Eles caçam macacos e outros animais à noite, escondidos.

Às vezes, eles têm fome durante o dia. Eu sei porque eu vivi na floresta. Antes de vir para cá, eu passei por tudo aquilo na floresta. Como eu fazia, eles ainda devem estar escondidos, vivendo em fuga.

Os não índios ainda estão na floresta! O que vai acontecer com eles? Os não índios estão demorando muito para ir embora; eles vêm andando por aí há muito tempo. Infelizmente, ainda estão destruindo a floresta. É trágico! Estou muito preocupado.

O que será deles, dos meus irmãos que ainda moram lá? Eles provavelmente vão continuar a fugir. Nós estávamos com medo dos madeireiros quando morávamos na floresta, e ainda hoje, vivendo aqui, eu tenho medo da presença deles. Eles vão destruir a nossa floresta”.

Fonte: Survival International, <http://www.survivalinternational.org/pt/awa>

Início

RECOMENDADOS

- **“Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y Contacto Inicial”**, Dinah Shelton, Antenor Vaz, Beatriz Huertas Castillo, Carlos Camacho Nassar, Luis Jesús Bello, Paola Colleoni, José Proaño, Dany Mahecha R. (ed.), Carlos Eduardo Franky C. (ed.) e la Unión de Nativos Ayoreo de Paraguay e Iniciativa Amotodie, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, IWGIA e o Instituto de Promoción Estudios Sociales, IPES – 2012,
http://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0603_aislados_contacto_inicial.pdf

Início

-
- **“Un arduo camino. Cómo la Amazonía peruana y sus pueblos se ven amenazados por el incumplimiento de la ley y los intereses creados que defienden la carretera de Purús”**, Global Witness, 2013,
http://www.globalwitness.org/sites/default/files/library/UnArduoCamino_GlobalWitness_lo.pdf

Início

-
- **“Allá vamos, otra vez”**, Oren Ginzburg, Survival, <http://www.survival.es/allavamos>

Início

-
- **“Tribal People for Tomorrow's World”**, Stephen Corry,
<http://shop.survivalinternational.org/products/tribal-peoples-for-tomorrow-s-world>

Início

-
- **“Progress Can Kill: How imposed development destroys the health of tribal peoples”**, Survival,
<http://www.survivalinternational.org/progresscankill>

Início
